

FLÁVIO ALVES DE PAULA

*Matrícula: 11211ECO031*

AS CAUSAS DA GRANDE RECESSÃO BRASILEIRA (2014 – 2016)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2019

FLÁVIO ALVES DE PAULA

*Matrícula: 11211ECO031*

## AS CAUSAS DA GRANDE RECESSÃO BRASILEIRA (2014 – 2016)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Aderbal Oliveira Damasceno

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLÁVIO ALVES DE PAULA

*Matrícula: 11211ECO031*

## AS CAUSAS DA GRANDE RECESSÃO BRASILEIRA (2014 – 2016)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 08 de Julho de 2019.

---

Prof. Aderbal Oliveira Damasceno

---

Prof. Ana Paula Macedo de Avellar

---

Prof. Flávio Vilela Vieira

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força e foco para eu buscar os meus sonhos e objetivos.

Agradeço a toda minha família, em especial meus pais, Ana Clara e Pedro Rosa, e as minhas avós Alzira e Anésia pelo incentivo e apoio em toda minha graduação, e por sempre estarem comigo, foram fundamentais para eu buscar os meus objetivos.

Também todos meus amigos que fiz durante ela, por terem me apoiado e me ajudado nos momentos difíceis, em especial Luana Volpi e Rafael Ferreira.

A todos os professores do instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia por contribuírem para minha formação acadêmica.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS .....	6
LISTA DE TABELAS .....	7
RESUMO .....	8
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DO GOVERNO DILMA (2011-2014) .....	11
CAPÍTULO 2 – EFEITOS DA RECESSÃO BRASILEIRA NO PERÍODO (2014 – 2018) .....	29
2,1 – CRISE POLÍTICA .....	29
2.2 – ANÁLISE DE DADOS NO PERÍODO (2014 – 2018) .....	32
CAPÍTULO 3 – DIFERENTES VISÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA.....	47
CONCLUSÃO .....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB Variação Anual (2011 – 2014) .....	12
Gráfico 2 – Taxa de Juros Variação Anual (%) – (2011-2014) .....	19
Gráfico 3 – Taxa de Inflação Variação Anual (%) – (2011-2014) .....	20
Gráfico 4 – Taxa de Variação de Importações e Exportações Anual (%) – (2004 -2014). 26	
Gráfico 5 – PIB Variação Anual (%) – (2010 – 2018) .....	33
Gráfico 6 – Proporção de países com crescimento real do PIB maior que o Brasil(...) .....	34
Gráfico 7 – Comparativo do PIB (%) em 2015 entre os países desenvolvidos (...) .....	35
Gráfico 8 – Comparativo do PIB (%) em 2018 entre os países desenvolvidos (...) .....	35
Gráfico 9 – Taxa Real de Variação Anual do Setor Agropecuário (%) – (2014-2018) ....	37
Gráfico 10 – Taxa Real de Variação Anual do Setor Indústria (%) – (2014-2018) .....	37
Gráfico 11 – Taxa Real de Variação Anual do Setor Comércio (%) – (2014-2018) .....	38
Gráfico 12 – Índice de Produção no Setor de Bens de Capital (%PIB) – (2013 – 2017) ...	38
Gráfico 13 – Taxa de Desemprego Variação Anual (%) – (2014-2018) .....	39
Gráfico 14 – Taxa de Juros Variação Anual (%) – (2014-2018) .....	40
Gráfico 15 – Taxa de Inflação Variação Anual (%) – (2014 – 2018) .....	41
Gráfico 16 – Dívida Bruta Variação Anual (%PIB) – (2014 – 2018) .....	42
Gráfico 17 – Endividamento das Famílias Variação Anual (%) – (2014 – 2018) .....	42
Gráfico 18 – Carga Tributária Variação Anual (%) – (2014 – 2018) .....	43
Gráfico 19 – Consumo das Famílias Variação Anual (%) – (2014 – 2018) .....	44
Gráfico 20 – Variação das Importações e Exportações Anual (%) – (2014 – 2018) .....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Fiscais e Dívida Pública (%PIB) – (2011 – 2014) .....	15
Tabela 2 – Crescimento Real do PIB por componentes da demanda agregada (%) .....	16
Tabela 3 – Dados da Inflação e Metas (2011 – 2014) .....	18
Tabela 4 – Comparação da média do PIB dos países da América do Sul nos (...) .....	27
Tabela 5 – Comparação da média do PIB (%) dos países da América do Sul nos (...) .....	36
Tabela 6 – Composição da Carga Tributária (%) - Ano Base 2016 .....	43

## RESUMO

O Brasil entrou em recessão no segundo trimestre de 2014, com aspectos políticos e econômico. Depois de apresentar um ligeiro crescimento em 2014 (crescimento real do PIB de 0,5%), em 2015 houve uma contração, em termos reais, de 3,8%, e de 3,6% em 2016. Diante do exposto, um dos grandes debates na economia brasileira nos últimos anos foi sobre as causas que levaram o país a uma das piores recessões de sua história. Uma parte credita mais a fatores internos (principalmente derivados da chamada “Nova Matriz Macroeconômica” do governo Dilma). Outra parte credita que fatores externos também tiveram contribuição relevante para essa desaceleração da economia. Dessa forma, o objetivo desta monografia é analisar por meio de pesquisas bibliográficas e análises dos dados macroeconômicos as causas da recessão brasileira no período (2011-2014) e seus efeitos até o ano de 2018. O resultado foi que as medidas de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de (2011-2014). E na recessão que tem início em 2015, atribui-se ao papel fundamental ao forte ajuste fiscal, além da elevação da taxa de juros pela política monetária nos últimos anos.

Palavras-chave: Recessão, Causas, Medidas, Políticas, Governo, Efeitos.

## INTRODUÇÃO

A economia brasileira após um período de expansão (2004-2013), em que a taxa de crescimento média foi de 4,0% a.a., acompanhado por um processo de melhoria na distribuição de renda. E a partir do segundo trimestre de 2014 a taxa de crescimento contrai abruptamente, vindo a sofrer uma forte e prolongada recessão em (2014-2016), com uma taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7%, acompanhado de uma piora em vários indicadores sociais.

O Brasil entrou em recessão desde o segundo trimestre de 2014 que durou até o quarto trimestre de 2016. Depois de apresentar um ligeiro crescimento em 2014 (crescimento real do PIB de 0,5%), em 2015 houve uma contração, em termos reais, de 3,8%, e de 3,6% em 2016. A última vez em que o país apresentou dois anos seguidos de crescimento real negativo do PIB foi em (1930-1931), segundo a série histórica do Ipeadata. Diante desse quadro, um dos debates na economia brasileira atualmente é sobre os motivos dessa desaceleração recente do crescimento brasileiro.

A crise foi acompanhada e intensificada por uma crise política, que resultou em protestos contra o governo por todo o país, por isso dividir a análise sobre a crise econômica em crise política e crise econômica. Por um lado, afirma-se que fatores internos (principalmente derivados da chamada “Nova Matriz Macroeconômica” dos governos Lula e Dilma) foram os principais responsáveis. Por outro lado, acredita-se que fatores externos também contribuíram de forma relevante para essa desaceleração da economia

O objetivo deste artigo é analisar por meio de pesquisas bibliográficas e análises dos dados macroeconômicos as causas da recessão brasileira no período (2011-2014) e seus efeitos até o ano de 2018. O resultado foi que as medidas de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de (2011-2014). E na recessão que tem início em 2015, atribui-se ao papel fundamental ao forte ajuste fiscal, além da elevação da taxa de juros pelo banco central.

A monografia está dividida em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo será analisado as principais políticas feitas no período do governo Dilma, e no segundo capítulo sobre os efeitos da crise econômica brasileira no período (2011-2014) nos anos atuais, e no terceiro capítulo será apontadas as diferentes visões sobre as causas da crise econômica brasileira e por último a conclusão.

## **CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DO GOVERNO DILMA (2011-2014)**

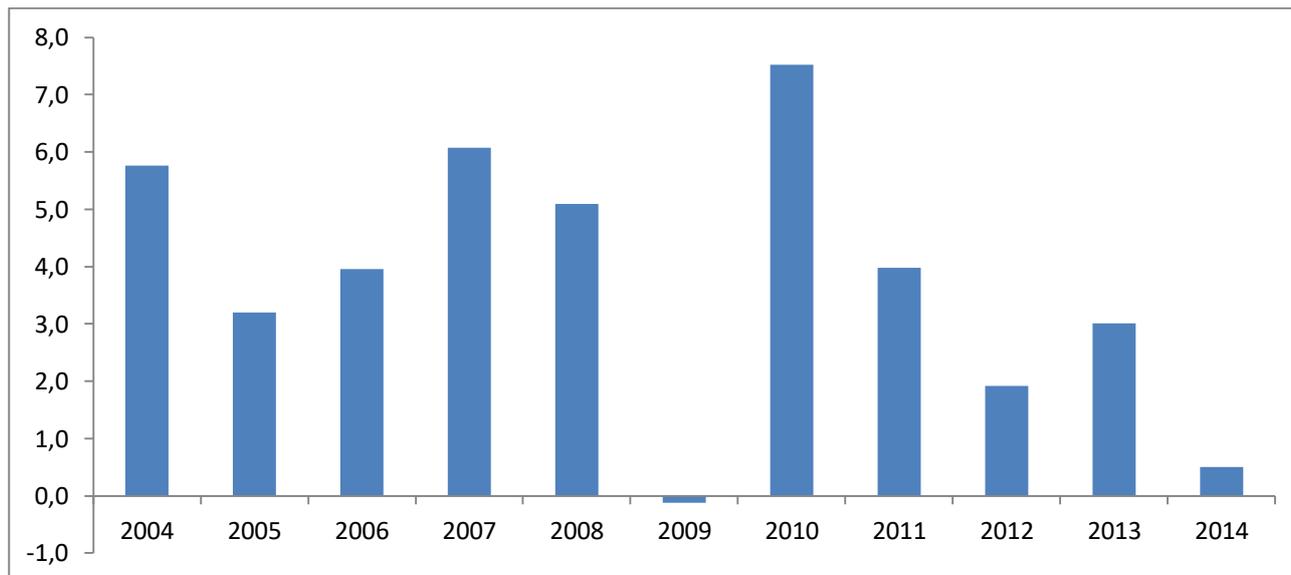
Será empregado para análise do período do primeiro governo Dilma como objetos de discussão as principais políticas feitas no período.

### **POLÍTICAS DO GOVERNO DILMA (2011-2014)**

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff iniciou-se em 2011 com uma conjuntura macroeconômica desfavorável, herdada do governo anterior: taxa de juros elevada e taxa de câmbio altamente apreciada. Além disso, no cenário internacional, após a melhora depois da crise financeira global de 2008, a situação voltou a se deteriorar, devido à fraca recuperação da economia americana e à grave crise do euro. Com tais empecilhos, os países desenvolvidos passaram a apresentar taxas de crescimento muito baixas, diminuindo a demanda pelos bens exportados pelo Brasil. A presidente também não pôde mais contar com aumento dos preços das commodities exportadas, que havia beneficiado bastante seu antecessor.

Aspectos da política macroeconômica foram sendo alterados com alta frequência, como exemplificam as sucessivas mudanças nas regras para fluxos de capitais estrangeiros, bem como no regime tributário aplicado a certos setores, sem que as autoridades tenham exibido muita preocupação sobre os efeitos que tais mudanças poderiam ter sobre o grau de incerteza e o ambiente de negócios prevalecente na economia. Os anos de 2011 a 2014 marcam o início de uma fase de desaceleração da economia brasileira, a despeito da aparente mudança do modelo da política econômica.

**Gráfico 1 - PIB Variação Anual (%) - (2004 - 2014)**



**Fonte:** IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). Elaboração Própria.

Após crescer 7,6% em 2010, a economia brasileira cresceu 3,9% em 2011 e somente 1,8% em 2012. O crescimento seguiu de forma modesta para 2,7% em 2013, mas a economia entrou em recessão técnica em 2014 com dois trimestres consecutivos de crescimento negativo, e cresceu somente 0,1% naquele ano. A média do crescimento do PIB no período (2004-2010) foi de 4,4%, levemente maior do que a observada no período (1995-2003). No entanto, a taxa média de crescimento no período (2011-2014) caiu consideravelmente para 2,1%.

No período (2004-2010), após a melhora nas condições externas e o alívio da restrição externa, o governo gradualmente assumiu a responsabilidade de gerar crescimento econômico diretamente por meio do aumento da demanda agregada através de medidas que aumentaram o consumo em massa, e através de um grande aumento do investimento público. As últimas medidas também foram determinantes para começar a corrigir as deficiências de infraestrutura graves do Brasil.

As políticas nos anos de (2011-2014) apresenta alguns problemas, em primeiro lugar, o governo decidiu diminuir o seu papel no investimento público nos setores que têm externalidades logísticas e cruciais. Esses setores, como energia e infraestrutura, em menor medida, também ajudam a sustentar a demanda agregada. Em segundo lugar, o grande alívio tributário para as empresas não expandiu a demanda agregada porque o investimento privado, de maneira não surpreendente, não respondeu a essas medidas. E em terceiro porque as isenções fiscais, em conjunto com a desaceleração econômica, reduziram consideravelmente a evolução das receitas tributárias, o superávit primário caiu em 2013 e tornou-se negativo em 2014. Essa combinação de menor crescimento dos

gastos do governo e transferências e o fato de que a maior parte das isenções fiscais foi dada a empresas que não aumentaram suas despesas de investimento significou que a política fiscal de (2011-2014) foi menos expansionista do que em (2004-2010). Isto ocorreu apesar do fato de que o superávit primário médio no período mais recente foi de 1,7%, muito menor do que os 3,2% da média de superávit primário do período anterior, mesmo quando incluída a queda acentuada do superávit primário e das receitas durante o ano da crise de 2009.

A mudança na orientação da política macroeconômica desde 2011 foi a principal causa da reversão progressiva dos dois primeiros dos três fatores acima mencionados, que geraram o rápido crescimento puxado pela demanda da economia brasileira até 2010. E o conseqüente menor crescimento do mercado interno naturalmente fez o processo acelerador trabalhar no sentido inverso, com uma queda acentuada da taxa de crescimento do investimento privado induzido, numa tentativa de ajustar a criação de nova capacidade produtiva para se adaptar à nova tendência muito menor de crescimento do mercado após 2011.

### **POLÍTICA FISCAL:**

A política fiscal, em especial, diante de uma crise econômica, é objeto de intenso debate na teoria econômica. No Brasil, há duas vertentes opostas sobre o papel da política fiscal no governo Dilma. De acordo com Teixeira e Dweck (2017):

“(...) demonstram as duas vertentes e especificam cada uma. A primeira delas, que podemos chamar de a tese da “gastança”, defende que o descontrole fiscal teve papel fundamental para explicar a desaceleração e a crise. O argumento é que o aumento de gastos públicos teria sido elemento característico da política econômica do governo Dilma, levando a um aumento da dívida pública e à crise fiscal, da qual decorreria a crise econômica.”

Nessa interpretação é a crise fiscal que leva à retração do crescimento. A segunda vertente defende o oposto: decisões equivocadas de política fiscal do governo Dilma, influenciadas por ideias ortodoxas dentro do governo, levaram à redução de gastos e, principalmente, de investimentos públicos, retirando um impulso fundamental ao modelo de crescimento econômico impulsionado pela demanda que havia sido implantado ainda no governo Lula. Nessa visão, a crise fiscal é que foi consequência da crise econômica, cuja raiz está na guinada ortodoxa da política fiscal.

Entre 2010 e 2014, o governo apostou na chamada “Nova Matriz Macroeconômica”, uma mudança na política econômica (redução da Selic e

desvalorização cambial) somada às isenções fiscais seria suficiente para impulsionar conjuntamente oferta e demanda agregada de bens. A presidente continuou com as políticas sociais e reduziu as metas de superávit primário do setor público consolidado. As “metas cheias” foram fixadas em 3,3% do PIB para 2011 e 3,1% para os anos (2012-2014).

As principais medidas de desoneração fiscal estavam integradas ao Plano Brasil Maior (PBM), lançado em agosto de 2011. Dentre elas podem ser citadas: redução do IPI sobre bens de investimento; instituição do Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), que permite a devolução às empresas de até 3% das receitas de exportação; redução gradual do prazo de devolução de créditos referentes ao PIS-Pasep/COFINS sobre bens de capital; ampliação do Simples Nacional; desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra (confeções, móveis, calçados, softwares).

De acordo com Gentill e Hermann (2015) as principais políticas que podemos citar foram: a) as destinadas a elevar a renda disponível das camadas de renda média e baixa; b) a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para máquinas e equipamentos de setores selecionados, visando reduzir o custo do capital produtivo; c) desonerações do IPI, voltadas para o aumento da competitividade das empresas nacionais, como as do regime automotivo, assim como os incentivos à indústria de eletrodomésticos e à indústria da construção civil, via redução da tributação sobre o material de construção; e, d) a desoneração da folha de pagamentos, esta provavelmente a de mais longo alcance, que atingiu vários setores produtivos e de serviços. Sob esse sistema, aqueles com garantia de renda fixa, como aposentados ou com trabalho no setor formal (principalmente no setor público, mas também do setor privado) desfrutaram de taxas de juros reduzidas porque os bancos foram capazes de deduzir automaticamente os pagamentos obrigatórios de benefícios de aposentadoria ou de salários. O governo continuou a expandir os gastos públicos e, em consequência, o resultado fiscal primário caiu de 1,7% do PIB em 2013 para -0,6% do PIB em 2014.

**Tabela 1- Dados Fiscais (%PIB) - (2011 – 2014)**

<b>Ano</b>	<b>Resultado Primário</b>	<b>Serviço da Dívida</b>	<b>Resultado Nominal</b>	<b>Dívida Líquida</b>	<b>Dívida Bruta</b>
2011	2,9	5,4	2,5	34,5	51,3
2012	2,2	4,5	2,3	32,2	53,8
2013	1,7	4,7	3	30,7	51,5
2014	-0,6	5,5	6,1	32,7	56,3

**Fonte:** IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). Elaboração Própria.

O governo se empenhou em conter a expansão do gasto público, especialmente em investimento. Segundo a tabela o resultado primário no período se torna negativo, saindo de 2,9% e -0,6% em 2014, mostrando o déficit fiscal instaurado no período. De acordo com Gobetti (2015) e Gobetti e Orair (2010), em um estudo de dados do período (2002-2014), apontam que o gasto público contém uma característica essencial para o crescimento econômico. O custeio do governo central é quase totalmente explicado por programas nas áreas de saúde e de educação, a maior parte desta expansão ocorreu justamente nos anos de 2013 e 2014, durante o governo Dilma Rousseff, em programas como Saúde da Família, Mais Médicos e Ciência sem Fronteira.

O investimento público assumiu um comportamento variado, com retração e expansão em anos alternados, resultando numa queda brutal da taxa média de crescimento, para 0,7% a.a. entre (2011-14). Apenas em 2014 o investimento público federal mostra expansão significativa, de 16,6%, no ano de eleições e de obras importantes para eventos internacionais sediados no Brasil – a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Como podemos ver na tabela abaixo o consumo do governo caindo após 2012, e os efeitos das políticas fiscais na FBK (Formação Bruta do Capital), passando de 6,6% em 2011 e -4,4% em 2014.

**Tabela 2 - Crescimento Real do PIB por Componente da Demanda Agregada (2011-2014)**

Período	Crescimento Real (a.a%)					
	Consumo		FBCF	Exportação	Importação	PIB
	Família	Governo				
2011	4,8	2,2	6,6	4,8	9,4	3,9
2012	3,9	3,2	-0,6	0,5	0,7	1,8
2013	2,9	2,2	6,1	2,1	7,6	2,7
2014	0,9	1,3	-4,4	-1,1	-1	0,1
2011-14	3,1	2,2	1,8	1,6	4,1	2,1

**Fonte:** IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística). Elaboração Própria.

No período (2011-2014) transferiu partes importantes do investimento público a empresas privadas, através de leilões de concessões para a oferta de infraestrutura e até mesmo na área de saúde. Uma das características da política fiscal nos últimos anos, mas de todo o período (2004-2014), está no aumento significativo das transferências de renda. As taxas de investimento caíram ainda mais no começo do segundo governo Dilma Rousseff, devido à política contracionista do ajuste fiscal e para agravar ainda mais a situação, a Petrobras que já foi a maior empresa brasileira, investiu menos nos próximos anos. O Plano de Negócios e Gestão (2015-2019) prevê US\$ 130,3 bilhões em investimentos – uma redução de 37% na comparação com o plano anterior, de 2014 a 2018. Menores investimentos da Petrobras significam menores investimentos em toda a cadeia produtiva.

De acordo com o Ministério da Fazenda as despesas com previdência e assistência social cresceram quase continuamente no período, passando de 8,1% do PIB no triênio (2004-2006) para 9,4% no período (2011-2014), chegando a 10,0% em 2014. O gasto com transferências previdenciárias e assistenciais foi fortemente impulsionado por três fatores: a política de aumento real do salário mínimo, o qual serve de piso aos benefícios; o crescimento do número de beneficiários, que decorreu da forte expansão do emprego formal; e, a extensão das políticas de combate à pobreza a um maior número de famílias.

A política tributária tem sido marcada por uma tendência de aumento da carga tributária. Os Relatórios de Carga Tributária da Receita Federal mostram que a estrutura de tributos do governo central se manteve praticamente estabilizada no patamar de 25% do PIB ao longo do período (2003-2013). E como podemos ver na tabela houve um crescimento do arrecadamento dos impostos no período 2011-2014, onde incidem mais de 50% em consumo. O crescimento do consumo privado se recuperou ligeiramente até

meados de 2013, mas ainda assim cresceu muito mais lentamente do que a média do período (2004-2010). Em meados de 2013, o Banco Central mais uma vez mudou o rumo da política monetária. A taxa de crescimento do consumo foi mais uma vez reduzida até o final de 2014, quando o consumo privado expandiu apenas 0.9%.

Segundo Marconi (2015) o governo não se preocupou com o equilíbrio fiscal impossibilitando a desvalorização de nossa moeda e tentou compensar essa impossibilidade com políticas setoriais ineficazes. A demanda interna foi atendida com produtos importados, mais baratos em função da valorização. O nível da atividade caiu, a arrecadação e a situação fiscal pioraram, bem como a confiança dos empresários no cenário macroeconômico e político, que nesse caso pioraria com uma nova elevação dos gastos públicos e desestimularia ainda mais o investimento.

De acordo com Lavinias (2014) a elevada carga tributária que onera a população de baixa renda, aliada à restrição da oferta de serviços públicos não mercantilizados, reduz, ou mesmo anula, a eficácia do gasto social para a redução da desigualdade. Os indicadores de desigualdade social mostram reduzido avanço, ou mesmo estagnação, no período pós 2011. Diante do perfil da política fiscal do Governo Dilma, não é de se surpreender que a taxa de investimento agregado no período (2011-2014) não tenha recuperado o dinamismo da fase (2004-2010). Apesar da desoneração da carga tributária, o investimento privado não reagiu favoravelmente, exposto que esteve a muitas influências adversas, como às expectativas de continuidade da tendência de contração da demanda externa, à contínua perda de competitividade da produção nacional, à desaceleração do consumo das famílias, às limitações dos investimentos públicos em infraestrutura produtiva, à alta das tarifas de serviços públicos e às instabilidades na taxa de câmbio e juros.

A política fiscal do governo Dilma Rousseff contribuiu para uma desaceleração do consumo das famílias, que vinha sendo estimulado pela expansão do crédito à pessoa física (especialmente através do crédito consignado) e dos programas sociais de transferências de renda. A redução nos gastos do governo com investimento e com benefícios assistenciais reduziu o efeito expansivo sobre a renda das famílias, essa desaceleração limitou o efeito multiplicador do gasto público, reduzindo diretamente o consumo autofinanciado (de bens não duráveis) apoiado no endividamento. Com isso conclui-se que prevaleceram influências negativas sobre as estimativas de rentabilidade do investimento privado, onde não poderiam ser compensadas com desonerações tributárias e com o investimento público em desaceleração.

## POLÍTICA MONETÁRIA

Passa-se por múltiplas discussões acerca da condução da política de juros no período. A trajetória da taxa de juros (Selic) para o período analisado (2011-2014), quando examinada em particular, é bastante controversa, o que reforça a falta de consenso. O BCB (Banco Central do Brasil), a partir do segundo trimestre de 2011, dá início a um movimento contínuo da Selic até alcançar 7,25% no ano de 2012. E em 2013 inicia-se reversão não tão gradual, e em 2014 aumentando a patamares maiores que em 2011.

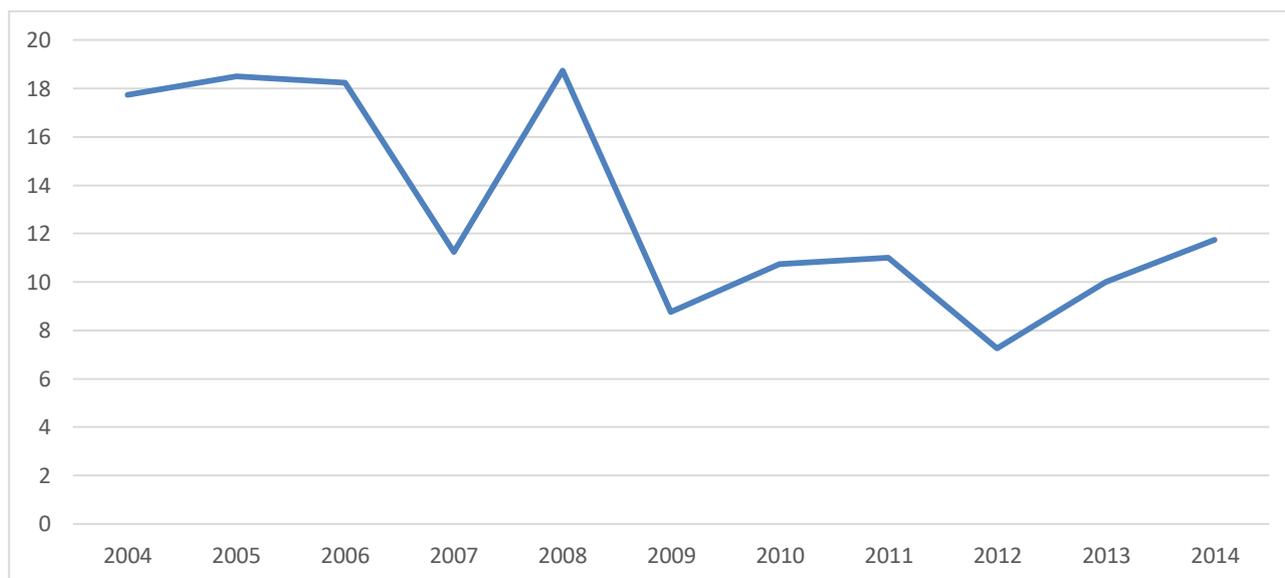
**Tabela 3 - Dados da Inflação e Metas - (2011-2014)**

<b>Ano</b>	<b>Meta (%)</b>	<b>Banda (p.p)</b>	<b>Intervalo</b>	<b>IPCA efetivo</b>
<b>2011</b>	4,5	2	2,5 - 6,5	6,5
<b>2012</b>	4,5	2	2,5 - 6,5	5,84
<b>2013</b>	4,5	2	2,5 - 6,5	5,91
<b>2014</b>	4,5	2	2,5 - 6,5	6,41

Fonte: BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

A necessidade de se ajustar a Selic, revertendo o ciclo anterior, foi se tornando mais clara ao longo do segundo semestre de 2012. O próprio Banco Central começou a alertar para tal situação no comunicado da reunião de janeiro de 2013, reforçou a sinalização na reunião seguinte e finalmente começou a elevar a Selic a partir de abril, em processo ainda não concluído. Uma forma natural de se avaliar o resultado da política monetária, sob o regime de metas, é a capacidade de ancorar as expectativas de inflação. Sob esse critério, fica claro um enfraquecimento da ancoragem das expectativas a partir de 2011. O governo decidiu reduzir o ritmo de crescimento da demanda agregada por meio de mudanças nas políticas monetária e fiscal. Por exemplo, o Banco Central inicia um ciclo de aumento da taxa básica de juros após abril de 2010, que dura até julho de 2011, aumentando a taxa Selic nominal de 8,75% para 12,5%. Esse aumento da taxa básica e as políticas “macro prudenciais” – que reduzem o crescimento do crédito, de certa forma contribuíram para o fim do boom do consumo privado (especialmente dos bens duráveis). O Consumo privado desacelera fortemente até meados de 2012 como resultado dessas medidas.

**Gráfico 2 - Taxa de Juros Variação Anual (%) - (2004-2014)**



**Fonte:** IPEADATA. Elaboração Própria.

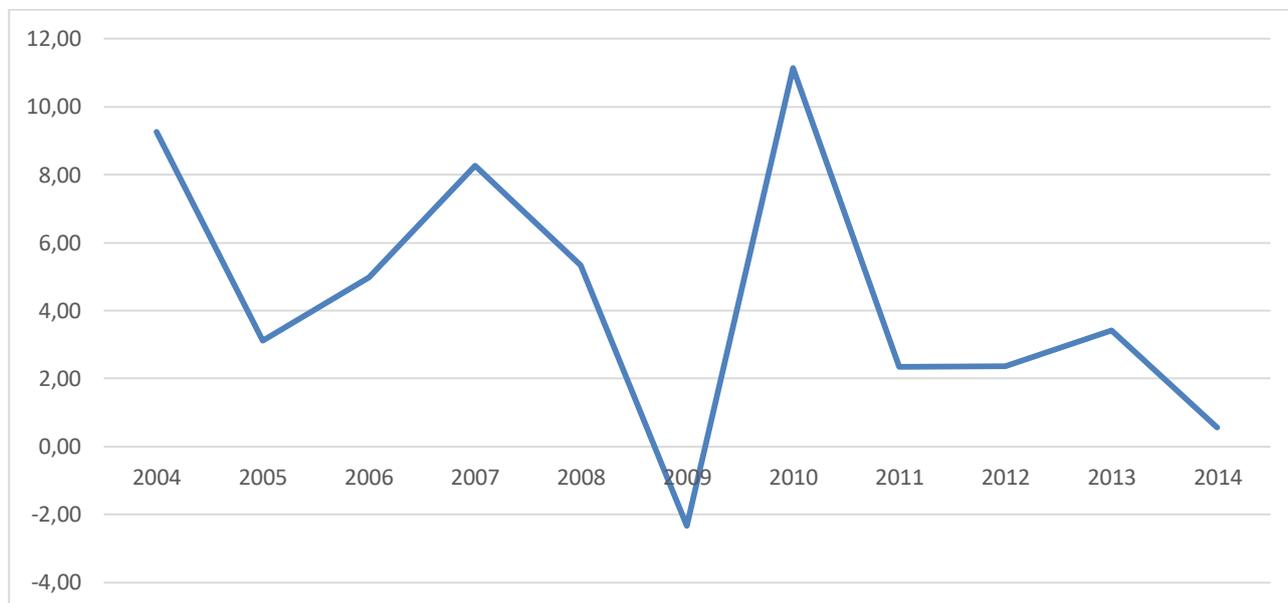
Esperava-se que taxas de juros mais baixas, em combinação com desonerações fiscais e outros incentivos de mercado levariam ao crescimento do setor privado: estimulando o investimento privado e o crescimento puxado pelas exportações, uma vez que a taxa de juros mais baixa levaria também a um câmbio mais desvalorizado. Além de baixar as taxas de juros reais, foram tomadas muitas medidas para aumentar a disponibilidade de crédito bancário, e melhorar o acesso ao crédito para as famílias mais pobres.

As taxas de juros reais de algumas das linhas de crédito mais baratas (crédito consignado e crédito para comprar carros) foram de em média 24,5% de 2004 a 2010, enquanto a renda disponível real cresceu em torno de 5% ao ano no mesmo período. Ao mesmo tempo, houve uma clara tendência para uma redução da diferença entre a taxa de juros e a de crescimento da renda disponível dentro desse mesmo período. O Banco Central começa um ciclo de aumento na taxa de juros em após fevereiro de 2010 que dura até agosto de 2011, aumentando a taxa básica nominal de juros de 8,5% para 12,5%. Os aumentos das taxas de juro nominais e as medidas macro prudenciais ajudaram em certa medida a acabar com o boom de consumo (especialmente de bens duráveis) e contribuiu para um aumento da taxa de inadimplência.

Mesmo assim, essas medidas foram consideradas um sucesso por todos e só começaram a ser revertidas no final de 2011, quando o Banco Central finalmente percebeu a extensão e a gravidade da desaceleração em curso na economia brasileira. Neste momento, o Banco Central reverteu novamente à direção da política monetária. O

BCB rapidamente reduziu a taxa de juros nominal básica e tomou outras medidas de crédito e fiscais para tentar estimular o consumo privado novamente.

**Gráfico 3 – Taxa de Inflação Variação Anual (%) – (2004-2014)**



**Fonte:** IPEADATA. Elaboração Própria.

A contenção da inflação tem sido apontada como o principal desafio deste início de governo Dilma. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), utilizado como referência para a política monetária, tem apresentado trajetória ascendente desde agosto de 2010. Em março de 2010, o índice encontrava-se em 6,30% no acumulado de 12 meses, acima do centro da meta de inflação (de 4,5% ao ano), próximo ao teto de 6,5%. Dentre os determinantes da elevação dos índices de preço temos fatores como: o aumento dos preços dos alimentos “in natura” e os reajustes nas tarifas escolares e no transporte público, bem como externos, manifestados na elevação dos preços das commodities. Entretanto, também há interferência da demanda interna aquecida, atestada pela alta dos preços dos serviços e dos salários.

O resultado almejado acabou não se materializando. A inflação de fato iniciou uma trajetória de queda a partir de setembro de 2011 (quando havia atingido um máximo local de 7,31%), graças ao aperto monetário implementado anteriormente, bem como à apreciação do real ocorrida até meados de 2011, atingindo um piso de 4,92% em junho de 2012, mas voltou a subir, terminando o ano em 5,84%, sem jamais atingir 4,5%. Em seguida, mostrarei o desempenho de cada setor.

Segundo Norberto Martins (2017) o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014):

“(…) é um marco para a política monetária brasileira, pois nele houve um “ensaio de ruptura” quanto a esta característica histórica: a taxa básica de juros, após sucessivas rodadas de diminuição pelo BCB, atingiu o patamar mais baixo da história econômica recente do país (7,25% ao ano), que, durante certo período de tempo, figurou entre as economias com taxas reais de juros consideradas “normais” (na casa de 2% a.a.). Este “ensaio” gerou as mais diversas reações dos economistas brasileiros. Alguns advogaram que o regime de metas de inflação, a sistemática que o BCB segue desde 1999 para operar a política monetária, havia sido abandonado. O BCB havia se tornado leniente com a inflação. Outros viram, finalmente, uma tentativa deliberada do governo em romper com a acumulação rentista e favorecer a acumulação produtiva no país. Ainda, houve quem tratasse a questão com mais cautela, enxergando uma leve flexibilização.”

Singer (2015) destaca que:

“(…) se do ângulo programático há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre mudança relevante”. Segundo o autor, esta mudança diz respeito à opção por confrontar a chamada coalizão “rentista”, que unifica a classe média tradicional e o capital financeiro, e aderir a uma agenda particular da coalizão “produtivista”, composta por empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Lula teria optado por arbitrar ganhos para as duas coalizões, ora favorecendo uma, ora outra. Dilma teria favorecido exclusivamente a coalizão produtivista, cuja “meta primordial seria acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à industrialização”.

A pressão de empresários sobre o governo Dilma para instituir uma agenda mais favorável à lucratividade da indústria passava centralmente pela política monetária por ao menos duas razões. A primeira delas foi à necessidade de desvalorizar a taxa de câmbio e, assim, favorecer a competitividade internacional da indústria nacional, dependia da política de juros do BCB, que afeta diretamente o comportamento dos fluxos de capitais para o país e, assim, o nível e a volatilidade da taxa de câmbio, também contribuiriam para este resultado as medidas de controle de capitais editadas através do imposto sobre operações financeiras cobrado nas transações cambiais. A segunda estaria ligada ao barateamento do custo do crédito a partir da esperada redução das taxas cobradas em empréstimos derivada da redução do custo de captação das instituições financeiras – não à toa, para garantir esta redução, posteriormente o governo fez com que os bancos públicos reduzissem os spreads nas operações de crédito e ampliassem a competição no mercado bancário.

Nos primeiros seis meses da gestão de Tombini prevaleceu à continuidade da política monetária de Meirelles, nos meses seguintes prevaleceu outra característica: a menor “severidade” quanto à taxa de juros e à operação do regime de metas para

inflação. Isso, por si só, constituiu uma ruptura em relação ao padrão anterior: ainda que o modelo não tenha mudado, seus parâmetros foram alterados. Para conter o crescimento da demanda agregada, o governo anunciou um pacote de medidas que atuariam, principalmente, através de restrições ao crédito. Para tanto, foram tomadas providências como o aumento do montante de depósitos compulsórios, tanto à vista quanto a prazo (que haviam sido reduzidos durante a crise de (2008/2009), e a elevação do Fator de Ponderação de Risco (FPR), de 100% para 150% nas operações de crédito com prazos superiores a 24 meses, com contenção do crédito prevista em R\$ 61 bilhões para 2011. De acordo com o IBGE, as vendas de automóveis tiveram recuo de -7,2% em janeiro 2011 na comparação com dezembro de 2010, e de -1,1% em fevereiro na comparação com janeiro, descontados os efeitos sazonais. A carteira de crédito para aquisição de veículos em fevereiro estava no mesmo patamar de dezembro, quando atingiu R\$ 188,6 bilhões, indicando que não houve expansão deste tipo de financiamento. O crédito imobiliário para o programa “Minha Casa Minha Vida” também experimentou redução acentuada. Como o total de recursos tomados em 2010 superou a meta, houve paralisação na tomada de novos empréstimos no início de 2011. A adição das medidas macro prudenciais elevou a complexidade do arcabouço de gestão da política monetária, já que os canais de transmissão desta política – em particular o canal do crédito – seriam diretamente afetados por aquelas medidas. Isso só adiciona força à hipótese de que houve uma mudança na gestão monetária, antes pautada na manipulação das taxas de juros.

De acordo com Norberto Martins (2017):

“é importante não responsabilizar exclusivamente o BCB pelo regresso ao conservadorismo na gestão monetária: se o governo teve influência, ainda que parcial, no que chamamos de “ruptura”, também o teve na restauração da rigidez. A via direta pela qual a administração de Dilma poderia influenciar a gestão monetária era o momento de definição das metas para inflação a serem perseguidas pelo BCB. Na institucionalidade do regime, o proponente destas metas é o Ministro da Fazenda.”

A experiência de ruptura na rigidez da política monetária durou algo entre um ano e meio e dois anos. Em meados de 2013, o BCB inicia um novo período de elevação das taxas de juros, que se consolida no segundo semestre. Muda também seu discurso em relação ao comportamento da inflação e das expectativas e ao regime. Entre abril de 2013 e abril de 2014 a taxa Selic é elevada sistematicamente, saindo de 7,25% a.a. para 11,0%. Com a nova política, o Brasil retomou ao topo do ranking internacional de taxas de juros: salta do 16º lugar antes do início da subida dos juros para o 6º lugar (junto com

Belize) em termos de taxas nominais em abril de 2014, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (para 64 países).

Com algumas incertezas em relação ao futuro, a continuidade da elevação dos investimentos, sobretudo das firmas industriais, sofre algumas mudanças. A indústria de transformação tem perdido a competitividade decorrente da valorização cambial. Os aumentos dos custos internos, sobretudo dos salários, pioram a situação, uma vez que a concorrência imposta pelos produtos importados dificulta o repasse de custos para os consumidores e comprime as margens de lucro. Ressalte-se que os ganhos de produtividade decorrentes dos investimentos em capital são muitas vezes anulados por ineficiências advindas do setor público, como é o caso da infraestrutura deficiente, da elevada carga tributária, dos custos trabalhistas e da burocracia. A diminuição destes custos demandaria reformas importantes (fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária).

A rigidez na gestão monetária, ligado nas elevadas taxas de juros praticadas pelo banco central, é uma característica da economia brasileira desde a estabilização do Plano Real. A política monetária nos governos de Dilma Rousseff não se comportou de forma regular. Em um primeiro e breve momento, a continuidade em relação à gestão anterior, de Meirelles, deu o tom, e em seguida houve um ensaio de “ruptura”, com a taxa de juros brasileira atingindo seu piso histórico e convergindo, em termos reais, para as taxas internacionais. Não passou de um ensaio, pois a duração desta política foi breve. Já em 2013 é revertida e, em sequência, a rigidez é restaurada.

De acordo com Araújo (2016):

“não houve ações que permitem sequer uma flexibilização do regime de metas de inflação. Os Ministros da Fazenda e Planejamento também não operaram neste sentido, já que mantiveram metas irrealistas, baixas para a inflação a ser perseguida pelo BCB e, fechada a janela, forçaram-no a voltar a operar segundo os ditames do conservadorismo. Tão logo a inflação acenou novamente – como seria de se esperar num cenário em que o câmbio estava se desvalorizando – o BCB retomou a elevação da taxa de juros e sua manutenção em patamares elevados na comparação internacional.”

## **POLÍTICA INDUSTRIAL:**

No primeiro governo Dilma foi lançado o PBM (Plano Brasil Maior), que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período (2011-2014), dando continuidade às políticas anteriores (PITCE e PDP). Para Almeida (2011), o lançamento do PBM foi oportuno, pois o setor industrial não vivia um

bom momento: a indústria brasileira não crescia desde o auge anterior à crise de 2008 e, na média dos últimos três anos, ela virtualmente não havia saído do lugar. Ademais, havia a valorização do real (que derrubava a competitividade nacional) e a intensificação da concorrência mundial por mercados dinâmicos como o brasileiro. Assim, os desafios para a economia brasileira e para a política industrial a partir de 2011 eram bem mais complexos. Com o PBM, o governo demonstrou que atribuía papel decisivo ao setor industrial na promoção do desenvolvimento do país, tendo como objetivo principal aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica, agregação de valor e fomento a produção nacional, alavancando a competitividade da indústria no mercado interno e externo. A partir daí, tem-se os três pilares sobre os quais se apoiam a nova PI: i) ampliação dos estímulos ao investimento e à inovação; ii) adoção de medidas para a área do comércio exterior; c) ações para defesa da indústria e do mercado interno. O PBM se organiza em diretrizes transversais e setoriais, associando políticas horizontais e verticais, que admitem adaptação e correção de rumos ao longo do processo. As primeiras são voltadas para o aumento da eficiência da estrutura produtiva como um todo, já as segundas são definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos.

Almeida (2011) analisa o alcance de algumas medidas do Plano. Com relação aos Estímulos ao Investimento e à Inovação – Desoneração Tributária, as medidas são: i) prorrogação da redução de IPI sobre itens de bens de investimento, adotada quando da crise, por mais 12 meses; ii) redução do prazo para devolução dos créditos do PIS/COFINS sobre bens de capital de 12 meses para zero. O autor avalia que tais medidas são antes uma “remoção de desincentivos” do que um verdadeiro incentivo ao investimento, mas, ainda assim, se forem bem-sucedidas, poderão contribuir para a diminuição de uma distorção da estrutura tributária brasileira – a tributação de inversões. No tocante aos Estímulos ao Investimento e à Inovação – Financiamento ao Investimento, as medidas, todas ligadas ao BNDES, são: i) extensão do PSI (o Programa de Sustentação do Investimento que tem taxas de juros favorecidas) até dezembro de 2012; ii) ampliação do programa de capital de giro para MPMEs; iii) relançamento do Programa Revitaliza; iv) criação do Programa BNDES Qualificação; v) criação de Programa para Fundo do Clima. Essas iniciativas, em geral, não visam elevar o volume de recursos do BNDES para investimento na indústria e serviços, mas estabelece focos específicos para o direcionamento do financiamento incentivado. Foram estabelecidos os segmentos prioritários para os quais se dirige o incentivo e foram fixadas datas para seu término, o que é bastante positivo dentro da política de desenvolvimento. As ações para Estímulos

ao Investimento e à Inovação – Financiamento e Incentivos à Inovação são: i) novos recursos para a Finep; ii) programa do BNDES para crédito pré-aprovado dos planos de inovação de empresas; iii) ampliação dos programas setoriais de inovação do BNDES; iv) financiamento pelo BNDES de programas tecnológicos para bens de capital visando redução de emissões de gases de efeito estufa; v) permitir contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação. Por fim, quanto à Defesa da Indústria e do Mercado Interno foram adotadas as seguintes ações: i) projeto piloto até 2012 para desoneração da folha de pagamento; ii) regime especial setorial para o setor automotivo; iii) regulamentação da Lei 12.349/2010 que institui margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais. A desoneração da folha de pagamentos foi uma medida pioneira, com o objetivo de ampliar a formalização do emprego e tornar mais competitivo o produto produzido no país. Sobre o regime especial para o setor automobilístico: foi elevado o IPI para automóveis, exceto para aqueles produzidos internamente ou por países com os quais o Brasil tenha acordos automotivos, desde que cumpridas as exigências de 65% de conteúdo nacional na fabricação dos veículos e destinação de 0,5% do faturamento para investimentos em P&D. Essa ação foi tomada porque a agressividade e a velocidade da penetração estrangeira nesse setor específico foram surpreendentes.

Segundo Guerriero (2012, p. 18):

“o PBM repete a intenção de suas políticas antecessoras, porém incorporando o aprendizado acumulado, corrigindo falhas e ampliando o escopo de ação. “O PBM reconhece o papel do Estado como indutor, orientador, regulador e fomentador do processo de desenvolvimento e tem por objetivo aproveitar as oportunidades para viabilizar uma ‘mudança na posição relativa do país na economia mundial”.

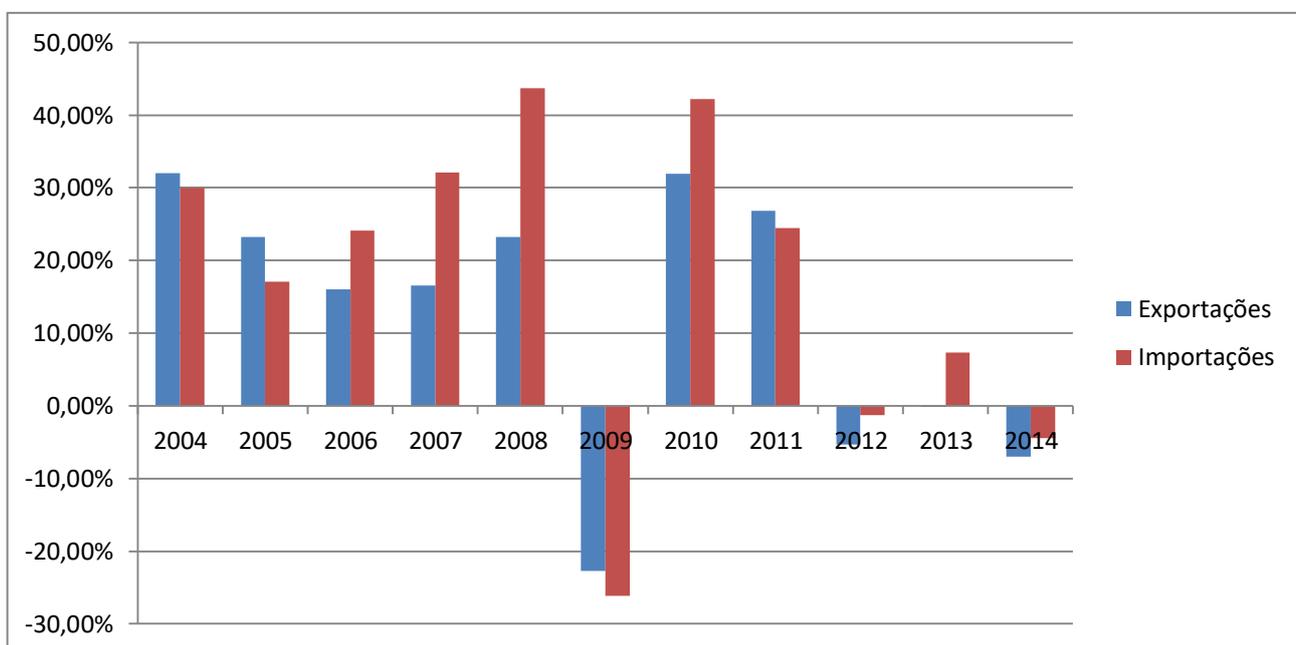
## **POLÍTICA EXTERNA:**

Tratando agora do Comércio Exterior – Desoneração, Financiamento e Promoção de Exportações, as medidas adotadas foram: i) devolução ao exportador de bens industrializados de até 3% do valor exportado (reintegra); ii) ampliação e maior agilidade do ressarcimento aos exportadores de créditos de impostos federais; iii) medidas de aperfeiçoamento do financiamento e das garantias e para ampliar a promoção de exportações.

O programa Reintegra (crédito tributário para exportação) tem o mérito de ser uma medida pioneira na área de exportação. A maior agilidade no ressarcimento de créditos

de impostos, como mencionado, fica mais bem descrita como uma remoção de desincentivos, com o ponto negativo de ser restrita à órbita federal. As demais medidas são mais aperfeiçoamentos do que fatos novos. Assim, o autor conclui que essas ações sozinhas não trarão impulso significativo à exportação de manufaturados, prejudicada pelo período prolongado de valorização do real e pela maior concorrência nos mercados externos. Dentre as iniciativas anunciadas na área de Comércio Exterior – Defesa Comercial estão: i) intensificação das ações antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias; ii) combate à circunspeção (triangulação), à falsa declaração de origem e ao subfaturamento; iii) 40 aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação; iv) aumento da exigência de certificação compulsória; v) fortalecimento do combate a importações ilegais. Em um país com o mercado interno relevante e dinâmico como o brasileiro, a concorrência externa pode, para penetrar no novo mercado, realizar investidas desleais para com os produtores internos, por isso é crescente a demanda por aperfeiçoamentos da defesa comercial.

**Gráfico 4 - Taxa de Variação das Importações e Exportações Anual (%) – (2004 - 2014)**



**Fonte:** IBGE. Elaboração Própria.

A continuidade da crise mundial, cujos efeitos começam a atingir o Brasil com maior intensidade e incentivam posição mais demandante da PEB (Política Econômica Brasileira) para garantir o desenvolvimento, um de seus principais objetivos, e limitam a margem de ação do Brasil no exterior, uma vez que se tem menos a oferecer em negociações. O crescimento brasileiro, que fora 7,5% em 2010, reduziu-se para 2,7% em

2010 e 0,9% em 2012. Durante todo o governo de Dilma, o crescimento econômico tem sido inferior à média do crescimento durante o governo de Lula (4,05%), o que é agravado pela falta de perspectiva de melhoria em curto prazo.

A ideia de que a deterioração das condições de financiamento externo pode ter levado à desaceleração também é refutada pelos dados. Por exemplo, a relação entre dívida externa total e exportação cai de 4,7% em 1999 para 1,27% no fim de 2010, e era apenas 1,54 em 2014. A relação entre dívida externa total e reservas internacionais foi reduzida de 6,5% em 2000 para apenas 0,89% em 2010 (e 0,93% em 2014). Além disso, a porcentagem do passivo externo líquido denominado em dólares caiu de algo em torno de 75% em 2003 para um mínimo de 35% em 2010, e em 2014 se situou próximo de 40%. Na política cambial, além de continuar a aquisição de reservas externas, o governo introduziu um IOF nas operações de vendas de derivativos cambiais, com vistas a frear a apreciação da moeda – note-se que medidas tributárias visando disciplinar a entrada de capitais, notadamente no mercado de renda fixa, já haviam sido adotadas na segunda metade de 2010.

**Tabela 4 - Comparação da média do PIB (%) dos países da América do Sul nos anos (2003-2010) e (2011-2014).**

<b>País</b>	<b>2003-2010</b>	<b>2011-2014</b>
Brasil	2,9	1,4
Argentina	5,3	0
Chile	3,4	3,2
Colômbia	3,3	3,8
México	1	1,7
Peru	4,5	4,1
Uruguai	5,2	3,7
Venezuela	3,1	0,3

**Fonte:** FMI (Fundo Monetário Internacional). Elaboração Própria.

Como pode-se notar, as diferenças entre as taxas médias de crescimento do PIB per capita do Brasil e esse grupo de países latino-americanos. Analisando o período de (2003-2010) o Brasil é o país com a menor taxa de crescimento, tirando o México. Ao analisar o período (2011-2014) para o mesmo conjunto de países, observa-se o mesmo fenômeno, que houve uma piora do Brasil em relação aos outros países. O Brasil desde a década de 1980 tinha uma trajetória parecida com a América Latina, mas que a partir de 2011, isso começou a mudar a partir dos anos (2011-2014).

A crise internacional levou a política externa brasileira atuar criticamente em relação a países desenvolvidos cujas ações agravavam a situação econômica do país. Além disso, a complicação da situação econômica nacional poder ter levado o Brasil a ser

menos proativo e propositivo internacionalmente, uma vez que se reduziram os recursos para ações desse gênero.

## **CAPÍTULO 2 – EFEITOS DA GRANDE RECESSÃO BRASILEIRA NO PERÍODO (2014 – 2018)**

Após uma análise da crise econômica deflagrada em 2014 passando por vários aspectos e fatores que comprovaram a crise, nesse capítulo será analisado os efeitos da crise nos anos atuais até o ano de 2018, e a crise econômica foi acompanhada pela crise política. Na sessão 2.1 será apontado um resumo dos principais escândalos políticos desde 2014 até os anos atuais, e na sessão 2.2 será analisado os dados do período (2014-2018) para demonstrar os efeitos da crise refletindo no desempenho da economia atual.

### **2.1 - CRISE POLÍTICA**

Após iniciada a operação Lava Jato e com as prisões de empresários e políticos envolvidos em vários escândalos, que fizeram delações premiadas, o clima de incertezas está cada dia mais presente. O nome “Lava Jato”, vem do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) o esquema funcionava assim: As empreiteiras em um cenário normal, concorreriam entre si, em licitações, para

conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se cartelizaram em um “clube” para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro escrito da distribuição de obras era feito, por vezes, como se fosse a distribuição de prêmios de um bingo. Funcionários da Petrobras - As empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Por isso, era conveniente cooptar agentes públicos.

Os funcionários não só se omitiam em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, mas o favoreciam, restringindo convidados e incluindo a ganhadora dentre as participantes, em um jogo de cartas marcadas. Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, dentre outras irregularidades. Operadores financeiros - Os operadores financeiros ou intermediários eram responsáveis não só por intermediar o pagamento da propina, mas especialmente por entregar a propina disfarçada de dinheiro limpo aos beneficiários.

O dinheiro ia das empreiteiras até o operador financeiro. Isso acontecia em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Num segundo momento, o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens. Agentes políticos - Outra linha da investigação – correspondente à sua verticalização – começou em março de 2015, quando o Procurador-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal 28 petições para a abertura de inquéritos criminais destinados a apurar fatos atribuídos a 55 pessoas, das quais 49 são titulares de foro por prerrogativa de função “foro privilegiado”. São pessoas que integram ou estão relacionadas a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras. Elas foram citadas em colaborações premiadas feitas na 1ª instância mediante delegação do Procurador-Geral. A primeira instância investigará os agentes políticos por improbidade, na área cível, e na área criminal aqueles sem prerrogativa de foro.

Essa repartição política revelou-se mais evidente em relação às seguintes diretorias: de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa entre 2004 e 2012, de

indicação do PP, com posterior apoio do PMDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, de indicação do PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cervero entre 2003 e 2008, de indicação do PMDB. Para o PGR, esses grupos políticos agiam em associação criminosa, de forma estável, com comunhão de esforços e unidade de desígnios para praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fernando Baiano e João Vacari Neto atuavam no esquema criminoso como operadores financeiros, em nome de integrantes do PMDB e do PT.

E para piorar em 2017, mais escândalos surgiram. Em 17 de maio, os proprietários do frigorífico JBS disseram, em delação, que gravaram o presidente Michel Temer autorizando a compra do silêncio do deputado Eduardo Cunha, quando ele já se encontrava preso pela Lava Jato. Em uma gravação de áudio, um dos donos da empresa teria dito a Temer que estava pagando uma "mesada" a Cunha a fim de que permanecesse calado na prisão. A ação é um desdobramento da Operação Lava Jato. Joesley foi levado à carceragem da PF, no bairro da Lapa, localizado na zona Oeste de São Paulo.

O Estadão reuniu algumas opiniões de economistas sobre a crise política deflagrada a partir da denúncia Joesley Batista (Friboi), tendo reflexos na economia, entrevista feita em 23 de maio de 2017:

Pinheiro (2017) declarou:

“A incerteza é maior. Abala a confiança. Afeta o investimento. Aperta o crédito. A tendência é que o nível de atividade vá enfraquecer. O quanto vai enfraquecer depende da velocidade com que se consiga sair dessa situação. Enquanto ficar a sensação de que as coisas podem mudar, de uma hora para outra, e ninguém sabe para onde, mais a economia vai sentir. A incerteza é o problema: não saber quem será o presidente, se o Temer fica ou sai”.

Oreio (2017) afirmou:

“No que se refere à economia, o ano de 2017 faleceu na semana que passou. Eu já tinha dúvidas sobre o crescimento. Antes de acontecer o terremoto que vimos, já tinha dito para todo mundo que o governo estava comemorando um “falso positivo”. De fato, nós vamos ter um crescimento no primeiro trimestre deste ano, mas, basicamente, será motivado pelo excelente desempenho da agropecuária. Esse desempenho não vai se repetir nos próximos trimestres e também não tem fôlego suficiente para puxar o crescimento de toda a economia em 2017. (...) Depois do terremoto, as coisas ficaram muito mais complicadas, de uma maneira ou de outra”.

Barros (2017) disse:

“É preciso olhar em duas direções. De um lado, temos a recuperação cíclica, que tem uma dinâmica própria. O salário real médio, neste ano, está

positivo. Como o número de empregados é sete vezes maior que o número de desempregados, o gasto dessas pessoas terá um efeito positivo na economia. Temos de considerar também o resultado excepcional do agronegócio e seus efeitos”. O economista conclui: “O fim de semana será crítico. Todo mundo vai parar para avaliar se Temer tem condições de continuar. Eu acho difícil, o governo vai tentar levar adiante a reforma trabalhista, que exige um número menor de votos. Esse é o teste. A prova do pudim. Se não conseguir, aí é o fim”.

Marconi (2017) constata:

“O que aconteceu (Terremoto político) afeta a confiança. Quem pensava em investir, pode desistir. O nível de atividade pode não reagir ou até recuar, com reflexo no desemprego. (...) Algumas avaliações são de que, para a economia, é melhor Temer ficar. Discordo. O melhor cenário é ter uma rápida mudança de governo. Só isso vai acalmar os ânimos”.

Pessoa (2017) lamenta:

“Eu queria que o governo Temer fosse até o final e que a gente tivesse, na sequência, uma eleição tranquila, Fiquei triste com tudo”. E conclui: “Temer vai ter que renunciar. Se ele se agarrar ao cargo, vai ser mesquinhez. Vai afundar o País”.

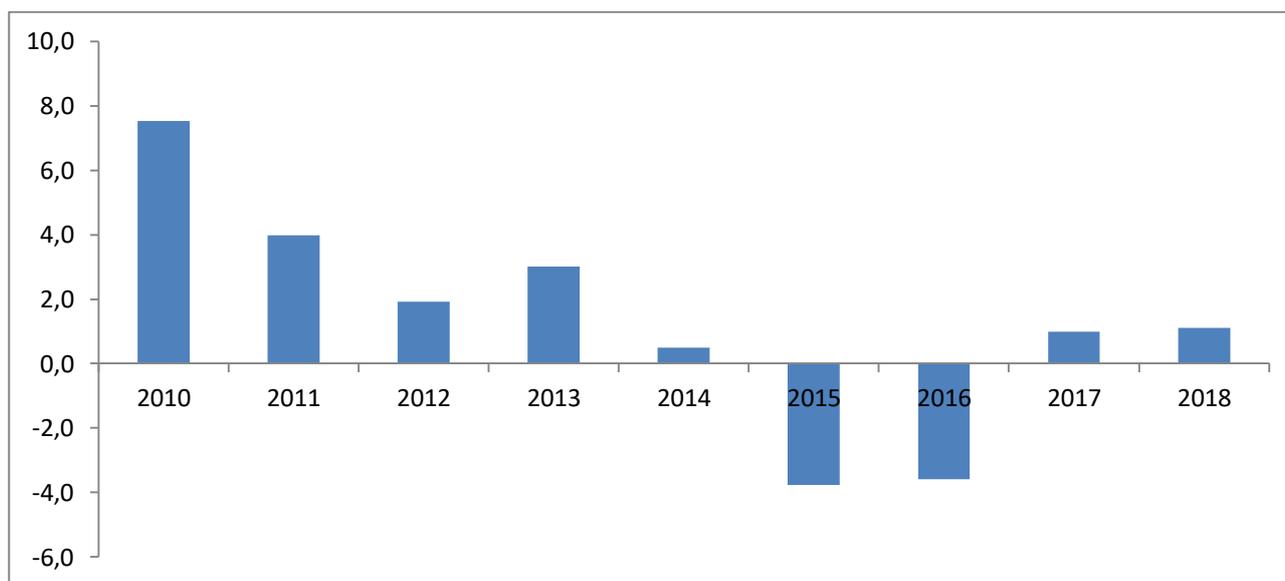
E por fim em 2018, a greve dos caminhoneiros jogou um novo balde de água fria sobre a recuperação econômica e promete piorar as já combalidas contas públicas. Uma sucessão de erros na condução das negociações levou o país ao caos e alimentou a incerteza entre empresários e consumidores. Pensar em aumentar a taxa de investimento do país sob o atual contexto parece algo distante. Portanto a crise política afetou a economia negativamente, deixando investidores incertos quanto ao futuro e a credibilidade do governo ausente, por isso apresentei sobre a crise política separada, pela importância dela na crise econômica enfrentada pelo país.

## **2.2 – ANÁLISE DE DADOS NO PERÍODO (2014 – 2018)**

A crise econômica e política que está ocorrendo em nosso país vem causando muita preocupação e deixando um cenário de incertezas para a economia, prejudicando o desempenho da nossa economia como um todo. O Brasil passou por um processo de desaceleração muito forte da sua economia recentemente. De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), a última recessão do Brasil foi do segundo trimestre de 2014 até o quarto trimestre de 2016, sendo o pior biênio de crescimento econômico em mais de 100 anos. A outra vez que o PIB brasileiro recuou por dois anos consecutivos foi em 1930 e 1931, logo após a Crise de 29, com quedas reais de 2,1 e 3,3%, respectivamente.

Um dos grandes debates na economia e política brasileira nos últimos tempos foi sobre os motivos que levaram o país a uma das piores recessões de sua história. Por um lado, afirma-se que fatores internos derivados da chamada “Nova Matriz Macroeconômica” foram os principais responsáveis. Por outro lado, acredita-se que fatores externos também contribuíram de forma relevante para essa desaceleração da economia. Com essas discussões, nesse capítulo mostrarei os dados sobre a crise econômica brasileira, e no gráfico abaixo a variação anual do PIB (2010 – 2018):

**Gráfico 5 - PIB Variação Anual (%) (2010-2018)**

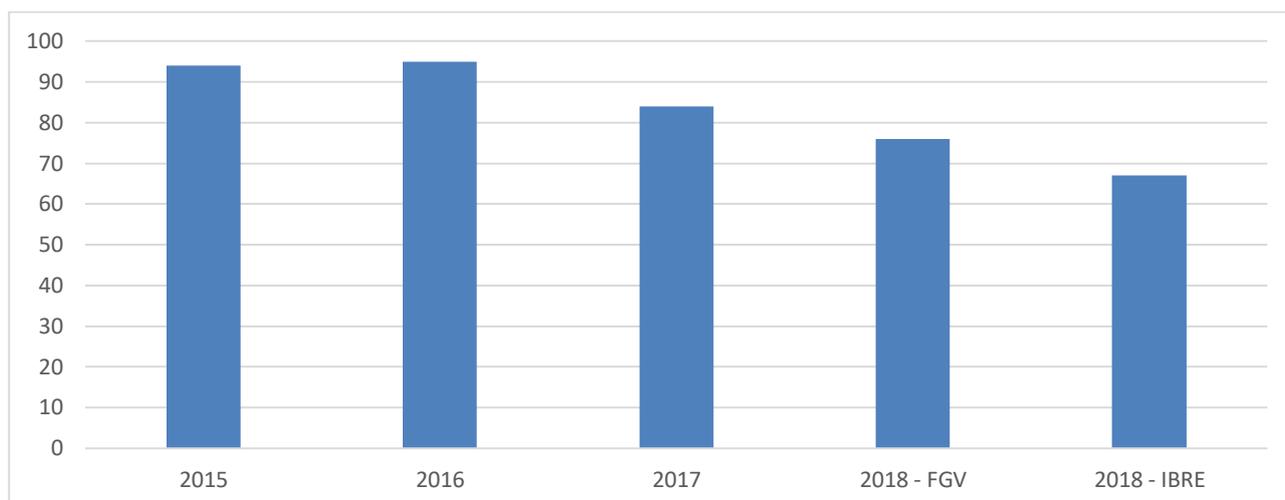


**Fonte:** IPEADATA. Elaboração Própria.

Podemos ver que a partir do ano de 2014 a economia brasileira passa a ter um PIB negativo e só em 2017 que voltou a ter um PIB positivo, e segundo dados em 2017 do FMI de um total de 192 países apresenta dados de crescimento real do PIB, tanto em 2015 quanto em 2016, poucos apresentaram um desempenho pior que o nosso, tanto em 2015 quanto em 2016, mais de 90% dos países apresentaram um crescimento real do PIB maior do que o Brasil. Ressaltando que o Brasil é muito mais relevante, em termos econômicos, do que os demais países desse “ranking”, que contam com países como Líbia, Guiné Equatorial, Venezuela, entre outros.

Em 2017, primeiro ano pós-recessão, a situação melhorou um pouco, mas ainda assim o desempenho do Brasil foi fraco, em relação ao resto do mundo. Apenas 30 países apresentaram um crescimento do PIB, em termos reais, menor do que o Brasil. Ou seja, mais de 80% dos países cresceram mais do que o Brasil nesse ano, como mostra o gráfico abaixo:

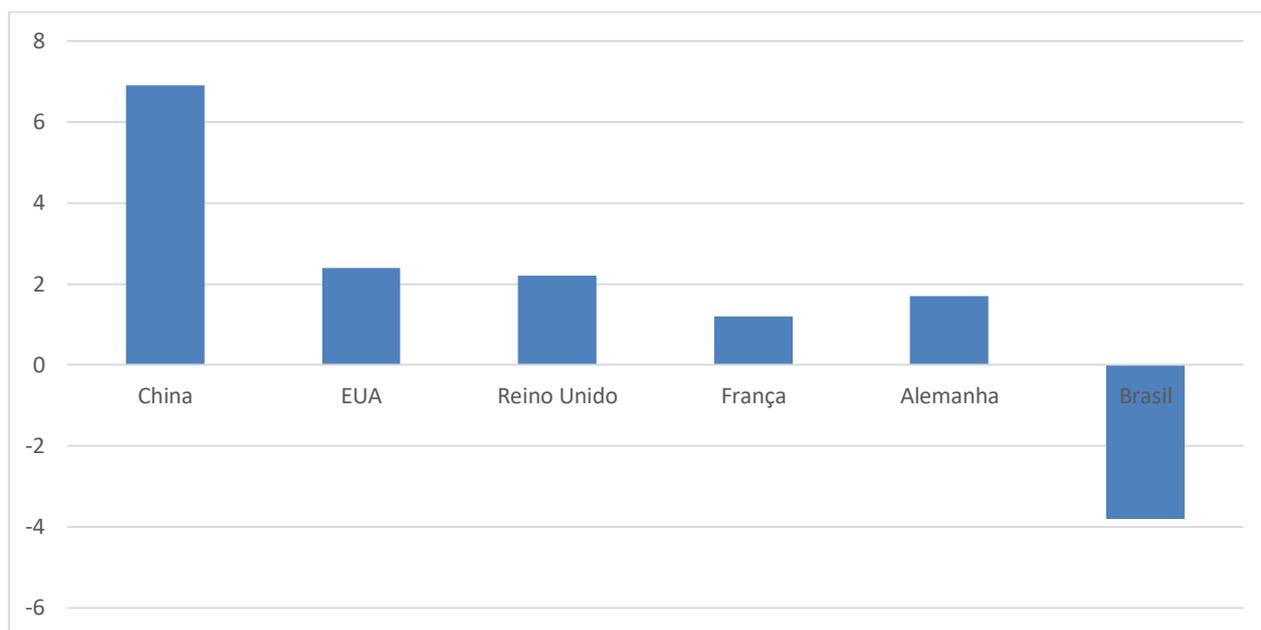
**Gráfico 6 - Proporção de países com crescimento real do PIB maior que o Brasil (2015 – 2018)**



**Fonte:**FMI/ IBRE/FGV.

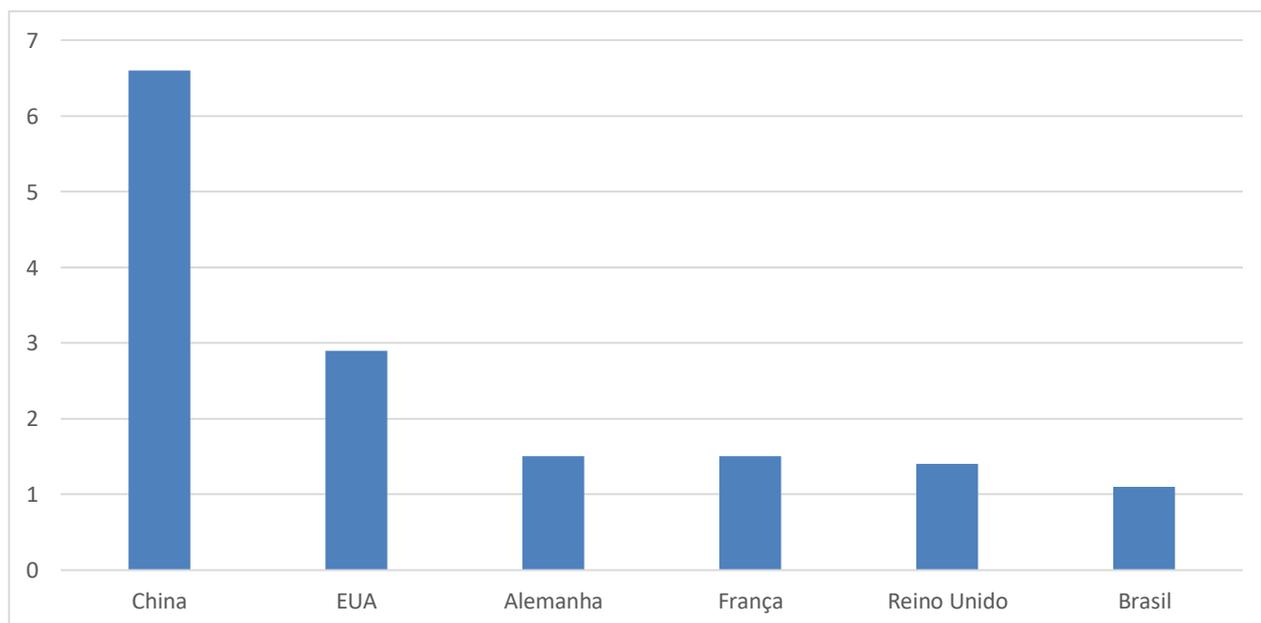
Para 2018, as projeções indicaram um crescimento próximo de 2,5% (2,3% para o FMI; 2,6%, segundo o IBRE/FGV; e 2,75% de acordo com a mediana do boletim Focus). Vale ressaltar que as projeções já foram mais otimistas. Em março, o IBRE/FGV projetava 2,8% de crescimento esse ano; o Focus chegou em 2,92%. Então, considerando as projeções do FMI, inclusive para o Brasil, mais de 75% dos países vão apresentar um crescimento real do PIB maior do que o Brasil este ano. Considerando as projeções do IBRE/FGV para o Brasil (2,6%) e as projeções do FMI para os demais países, a proporção passa para 67%. Ou seja, o caminho para uma recuperação mais sólida da economia ainda será longo e difícil.

**Gráfico 7 - Comparativo do PIB (%) em 2015 entre os países Desenvolvidos e o Brasil**



**Fonte:** FMI (Fundo Monetário Internacional).

**Gráfico 8 - Comparativo do PIB (%) em 2018 entre os países Desenvolvidos e o Brasil**



**Fonte:** FMI (Fundo Monetário Internacional).

**Tabela 5 - Comparação da média do PIB (%) dos países da América do Sul e Brasil nos anos de 2015-2016**

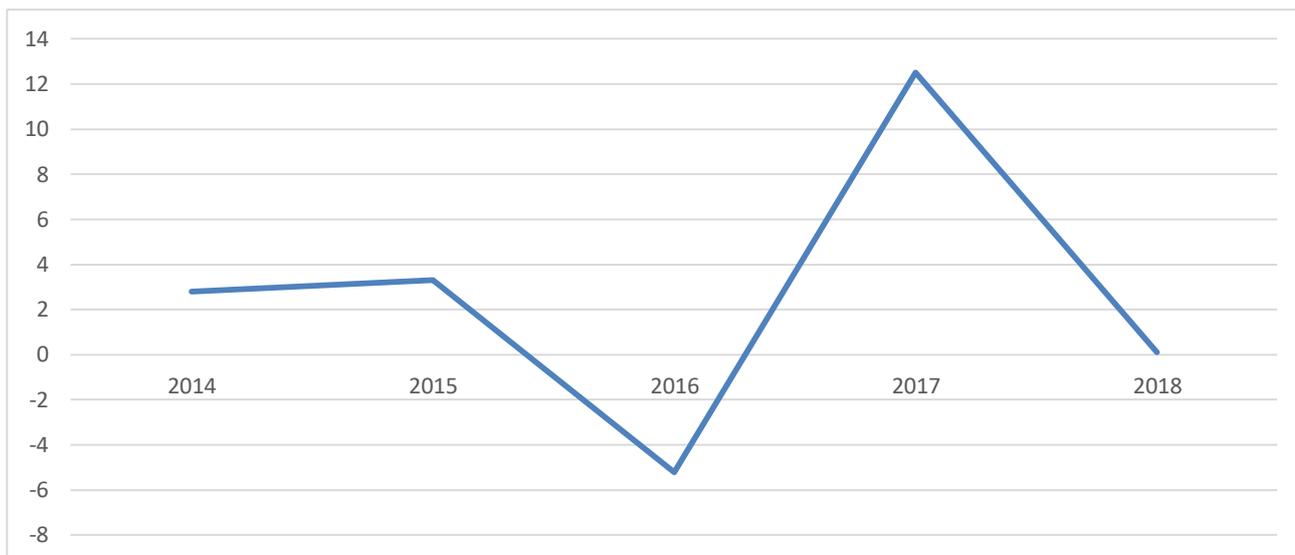
<b>País</b>	<b>2015-2016</b>
Brasil	-4,5
Argentina	-0,9
Chile	0,8
Colômbia	1,4
México	1,4
Peru	2,5
Uruguai	0,8
Venezuela	-13,5

**Fonte:** FMI (Fundo Monetário Internacional).

Comparações econômicas internacionais são mais significativas e úteis quando realizadas entre países semelhantes, ou seja, países cujo tamanho, estrutura populacional e produtiva, e de inserção comercial são semelhantes. Possivelmente essa também será a pior década na comparação internacional, já que 85% dos países do mundo (162 países dentro do total de 191) melhor do que o Brasil no período em (2010-2020).

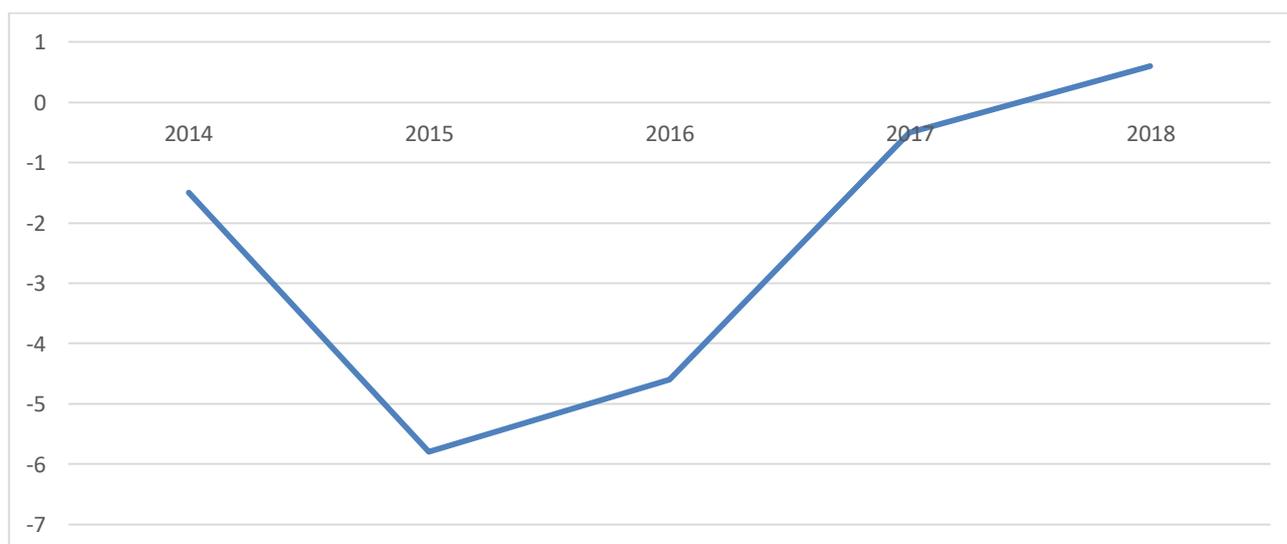
A fatia do Brasil na produção de bens e serviços do mundo era de 4,4% em 1980. Após 31 anos, entre aumentos e contrações, chegou a 3,1% em 2011. A partir daquele ano caiu sem parar, atingindo 2,5% em 2018. O nível mais baixo nas quase quatro décadas na série histórica que mede o intercâmbio comercial entre o Brasil e o resto do mundo. Em 2018 o Brasil perdeu seu lugar como sétima maior economia do mundo, obtido em 2005. A Indonésia substituiu o Brasil, que passou para o oitavo lugar na classifica. Abaixo está o desempenho da variação nos 3 setores da economia, e em todos eles houve uma queda brusca a partir de 2014, provocando essa queda no PIB (demonstrado no gráfico abaixo).

**Gráfico 9 - Taxa Real de Variação Anual no Setor Agropecuário (2014-2018) – (%PIB)**



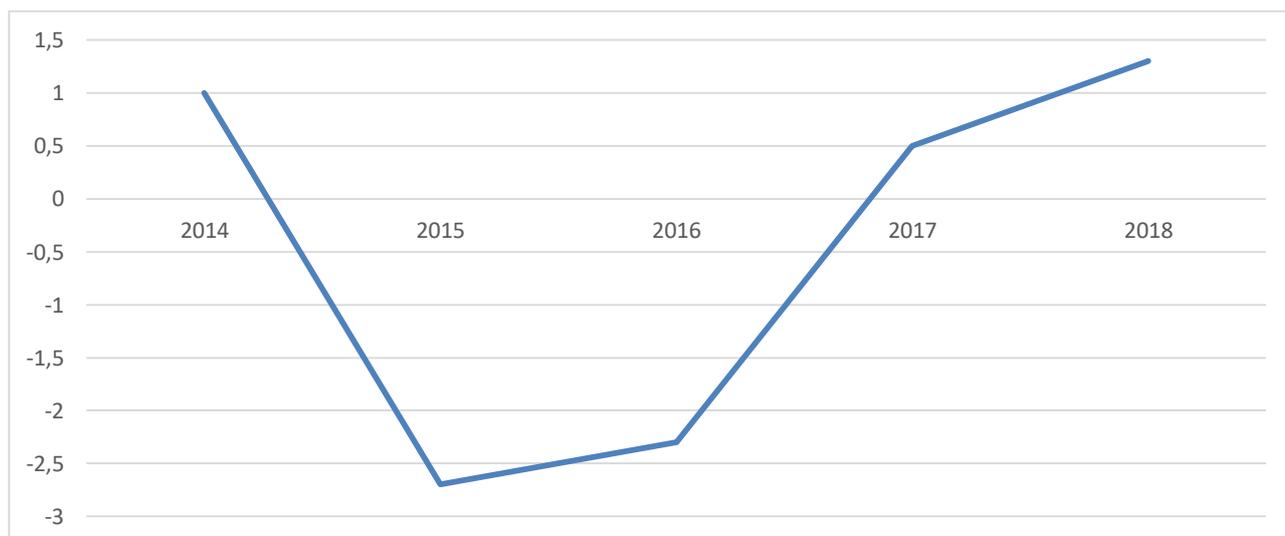
**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

**Gráfico 10 - Taxa Real de Variação Anual no Setor Industrial (2010-2018) – (%PIB)**



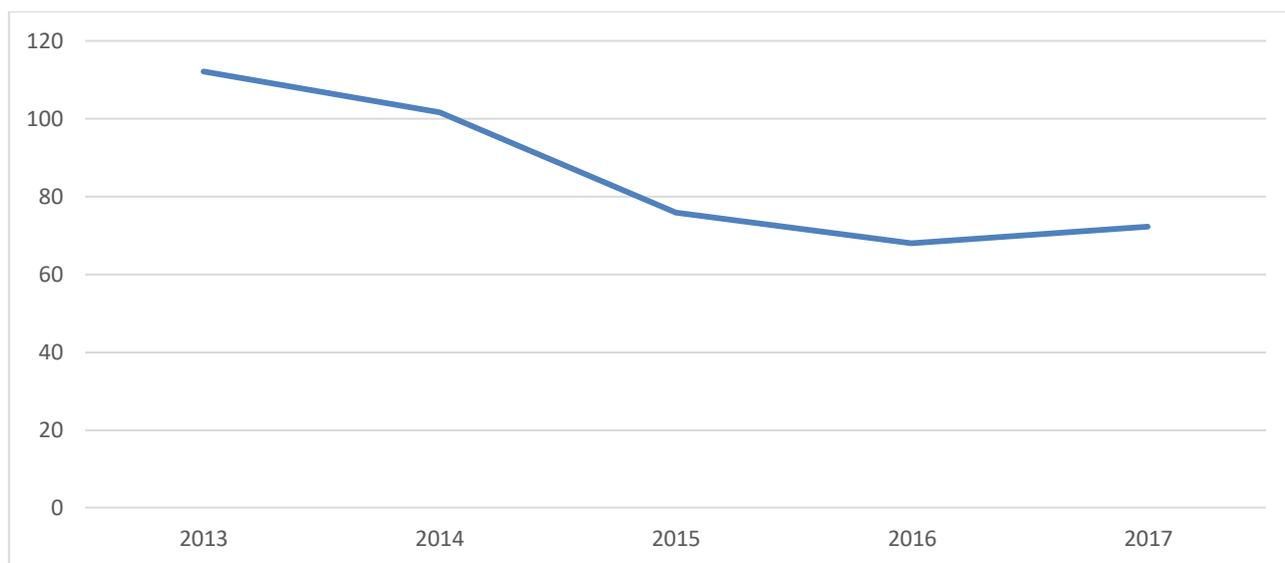
**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

**Gráfico 11 - Taxa Real de Variação Anual no Setor de Comércio (2014-2018) – (%PIB)**



**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

**Gráfico 12 - Índice de Produção no Setor de Bens de Capital (2013-2017) – Ano Base 2012**

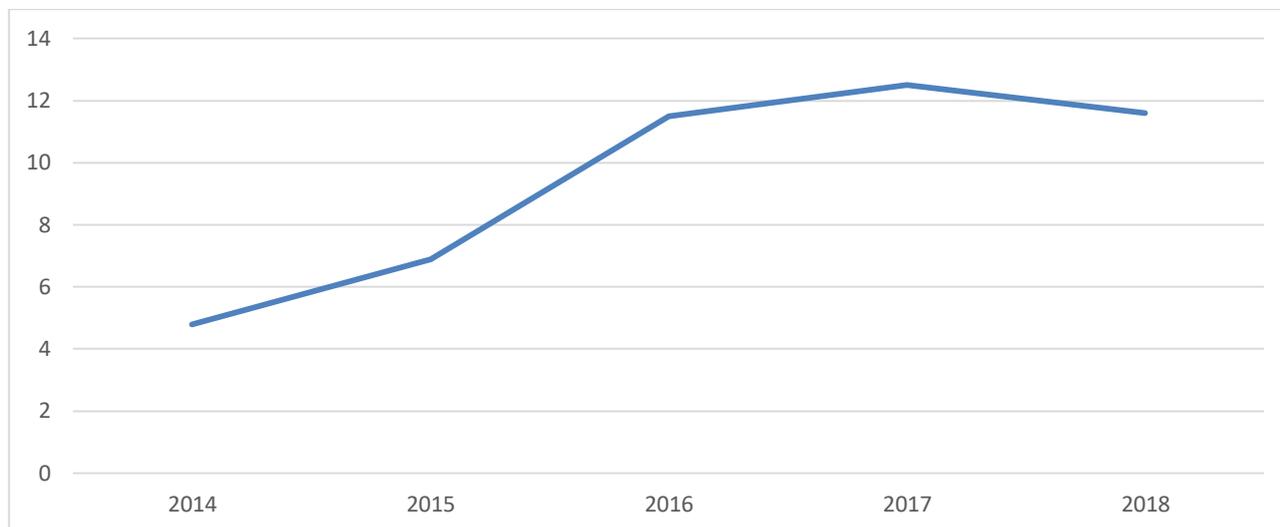


**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

Segundo o IBGE, o crescimento de 2018 foi garantido pela alta de 1,3% do setor de serviços (após avanço de 0,5% em 2017). As 7 atividades do setor tiveram taxas positivas, com destaque para o comércio, que teve alta de 2,3%, e o setor de transportes, que avançou 2,2%. A indústria decepcionou no 4º trimestre, mas registrou em 2018 o 1º ano positivo desde a crise. Em 2018, houve alta de 2,3% na produção e distribuição de eletricidade, de 1,3% na indústria de transformação, puxada pela produção automotiva, de 1,0% na extrativa, impulsionada pela extração de minério, e a queda de 2,5% na construção civil. Motor do PIB em 2017, o agronegócio cresceu apenas 0,1% em 2018. Os destaques foram a alta na produção de café e algodão, respectivamente de 29,4% e 28,4%. Por outro lado,

houve queda de importantes lavouras do país: milho (-18,3%), laranja (-10,7%) e cana de açúcar (-2%).

**Gráfico 13 - Taxa Real de Variação Anual no Setor Agropecuário (2014-2018) – (%PIB)**



**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

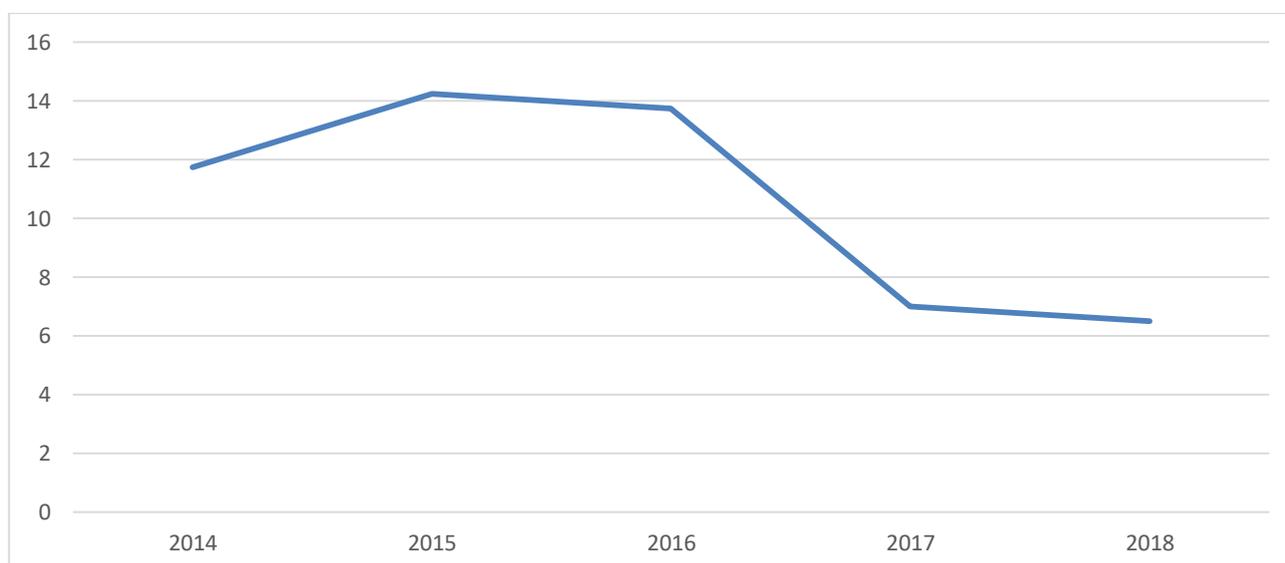
Outra variável importante que se elevou foi o desemprego. A partir do ano de 2014, com a queda na produção nacional, o desemprego aumentou, passando de 5% em 2014 para mais de 12% em 2016. Com esse cenário foi aprovada e sancionada (sem vetos) a reforma trabalhista em julho de 2017, que entrou em vigor em novembro de 2017. Pode-se resumir a reforma trabalhista em função de sua ação em três pilares: sindical, judicial e contratual. No pilar sindical, as principais inovações são o fim do imposto sindical obrigatório; a prevalência do negociado (coletivamente, com sindicatos) sobre o legislado; e o fim da exigência de que a homologação da rescisão contratual tenha participação dos sindicatos. O segundo pilar destacam-se a obrigatoriedade de o trabalhador comparecer a todas as audiências do seu processo; a obrigação de arcar com os custos advocatícios do empregador caso perca a ação; a possibilidade de multa caso comprovada a má-fé; a limitação a oito anos do prazo para andamento das ações trabalhistas; e a definição do montante financeiro exato das demandas no início dos processos. Finalmente, do pilar de flexibilização de contratos constam a possibilidade de o trabalhador ser contratado como intermitente; a possibilidade de “home office” (trabalho remoto), em que o controle é feito por tarefa; e a extensão do limite de jornada máxima do trabalho parcial de 25 para 30 horas semanais.

Desde 2004, 30 milhões de brasileiros deixaram a miséria. Entretanto desde 2014, os índices de pobreza voltaram a subir, como resultado da recessão e da inflação. O

número de pessoas pobres subirá de 17,3 milhões para 19,8 milhões entre 2015 e 2018. Serão 2,5 milhões de “novos pobres”, na definição do estudo. A parcela dos pobres no total da população, que havia caído para 7,4%, aumentará para mais de 10%. (Banco Mundial, 2018). Segundo o IBRE (2018):

“(…) as primeiras evidências mostram que o pilar sindical já registrou impactos substanciais. A arrecadação com imposto sindical caiu de cerca de R\$ 2 bilhões de janeiro a setembro de 2017 para aproximadamente R\$ 250 milhões no mesmo período de 2018. Também parecem estar surtindo efeito as medidas para reduzir a judicialização, com quedas em torno de 70 mil nas ações mensais de janeiro a setembro, o número total variou trada em vigor da reforma (julho de 2017) até outubro de 2018.”

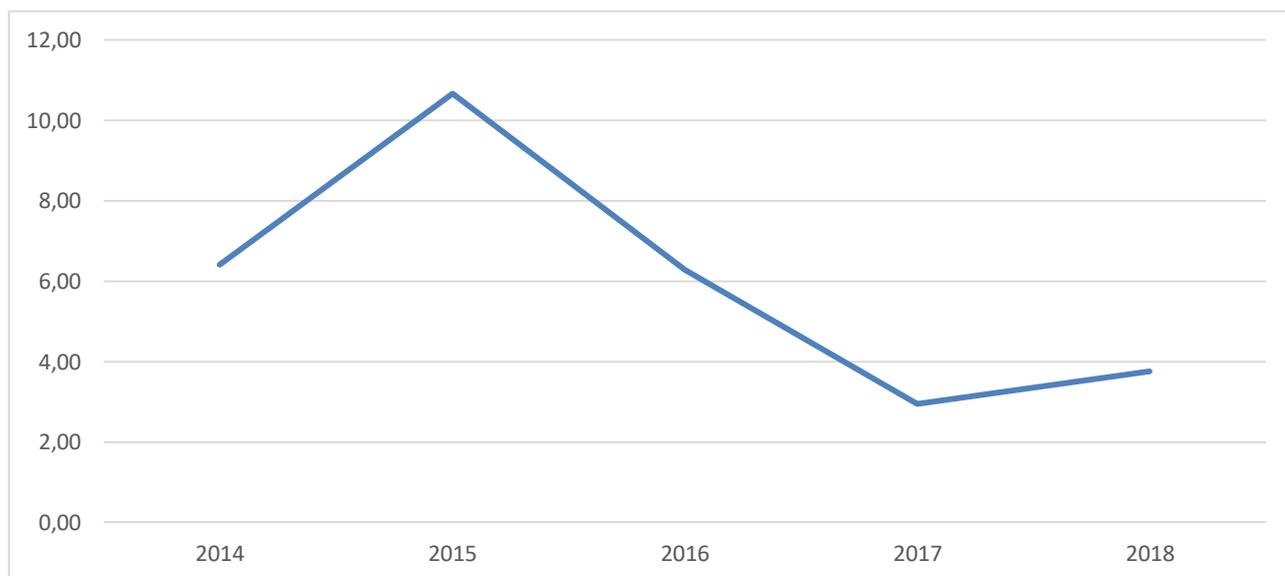
**Gráfico 14 - Taxa de Juros Variação Anual (%) – (2014-2018)**



**Fonte:** IPEADATA. Elaboração Própria.

Em outubro de 2016, o BC deu início a uma sequência de 12 cortes na Selic, e neste período, a taxa de juros caiu de 14,25% ao ano para 6,5% ano. Os juros são usados pelo BC como uma ferramenta para tentar controlar a inflação. De modo geral, quando a inflação está alta, o BC sobe os juros para reduzir o consumo e forçar os preços a cair. Quando a inflação está baixa, o BC derruba os juros para estimular o consumo.

**Gráfico 15 - Taxa de Inflação Variação Anual (%) – (2014-2018)**

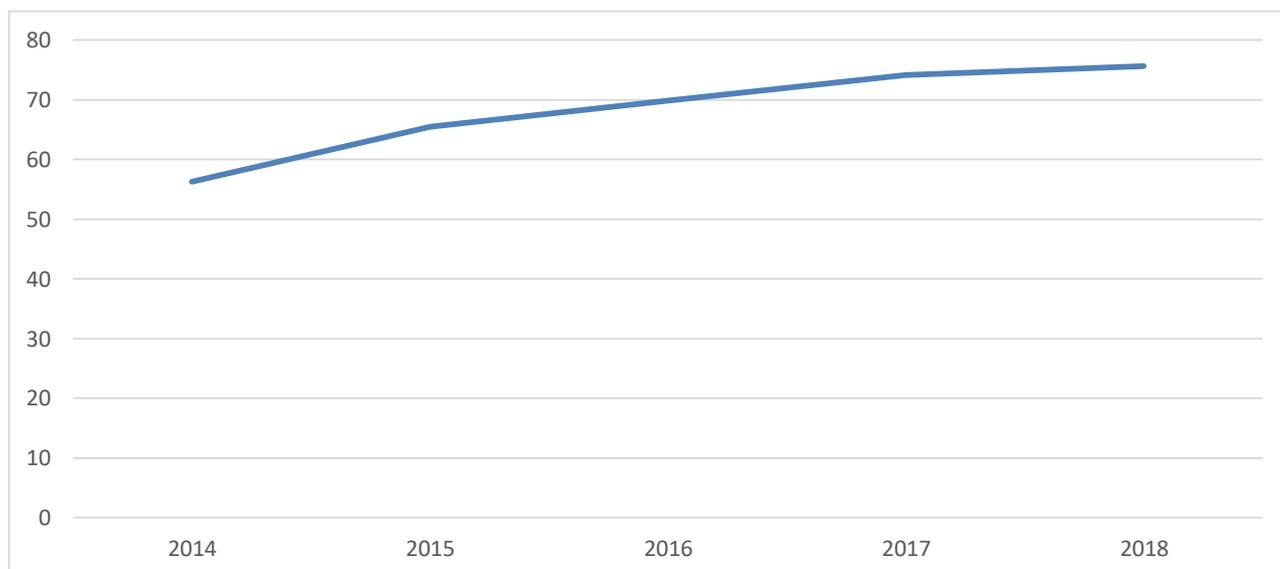


**Fonte:** IPEADATA. Elaboração Própria.

No ano de 2014 a inflação ficou acima da meta central, mas dentro do intervalo definido pelo CMN. Já em 2015, a meta foi descumprida pelo BC - naquele ano, a inflação superou a barreira dos 10%. No ano de 2016 com o choque da queda da taxa de juros chegou em 2017 com a menor taxa desde 1998. Já em 2018 teve uma leve alta fechando em 3,75% pelos aumentos nos planos de saúde, gasolina e energia elétrica.

De acordo com os números mais recentes do Banco Central, a parcela da dívida bruta atrelada à taxa básica de juros chegou a 48,5% do total em 2014. Em fevereiro de 2010, era 49,6%. Nesse indicador estão incluídas as operações compromissadas (aquelas que o BC faz para regular a oferta de dinheiro na economia e, com isso, a taxa de juros), que atingiram nível recorde de R\$ 1,207 trilhão, montante maior inclusive que o existente na conta única do Tesouro Nacional, abaixo os gráficos da trajetória da dívida líquida e do endividamento das famílias:

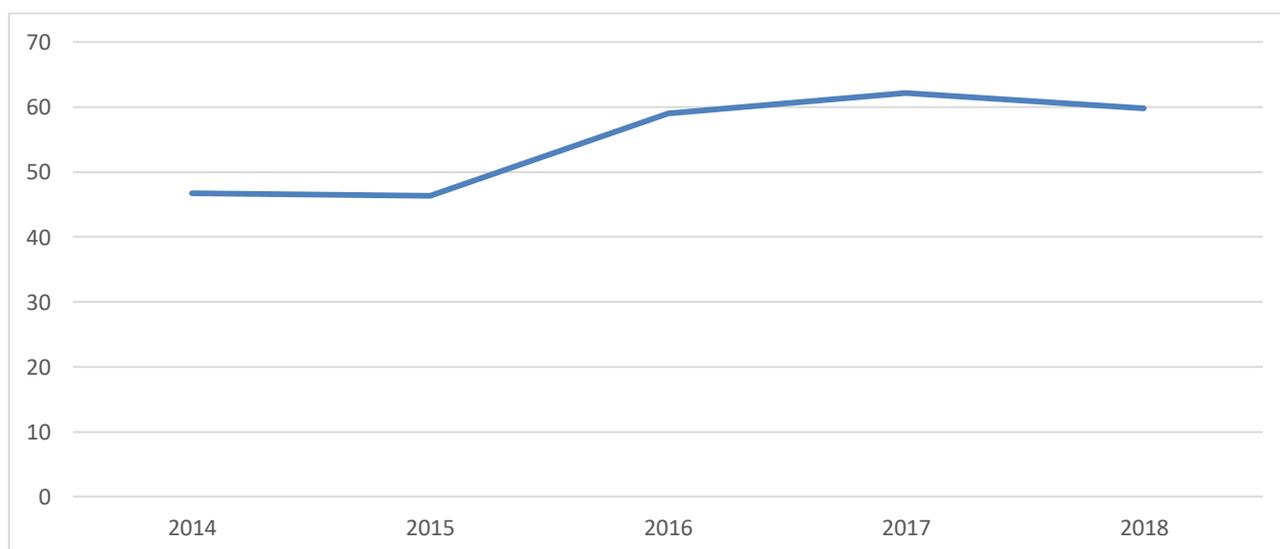
**Gráfico 16 - Dívida Bruta Federal Variação Anual (%PIB) - (2014-2018)**



**Fonte:** BCB (Banco Central do Brasil). Elaboração Própria.

A Dívida Bruta do Governo Geral fechou 2018 aos R\$ 5,271 trilhões, o que representa 76,7% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual é superior ao verificado no fim de 2017, quando a dívida bruta estava em 74,1%. Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) subiu para 53,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro de 2018, ante 51,6% no fim de 2017. A DLSP atingiu R\$ 3,695 trilhões.

**Gráfico 17 - Endividamento das Famílias Variação Anual (%) – (2014-2018)**



**Fonte:** PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor). Elaboração Própria.

O endividamento das famílias, medido pelo total das dívidas das famílias em relação à renda acumulada nos últimos 12 meses, atingiu o ápice em abril de 2015 (46,4%). Mesmo com consumidores mais cautelosos diante de novos gastos e crédito mais restrito, após três anos desde o início da crise, o endividamento ainda se mantém

em 41,6% em 2018. O nível de endividamento das famílias brasileiras em relação ao total da renda é baixo, comparável ao de países emergentes, como os BRICS. Considerando valores referentes ao 4º trimestre de 2016, o endividamento das famílias brasileiras em crédito imobiliário e consumo corresponde a 42,3% do total da renda familiar, enquanto na Dinamarca chega a 273,4%.

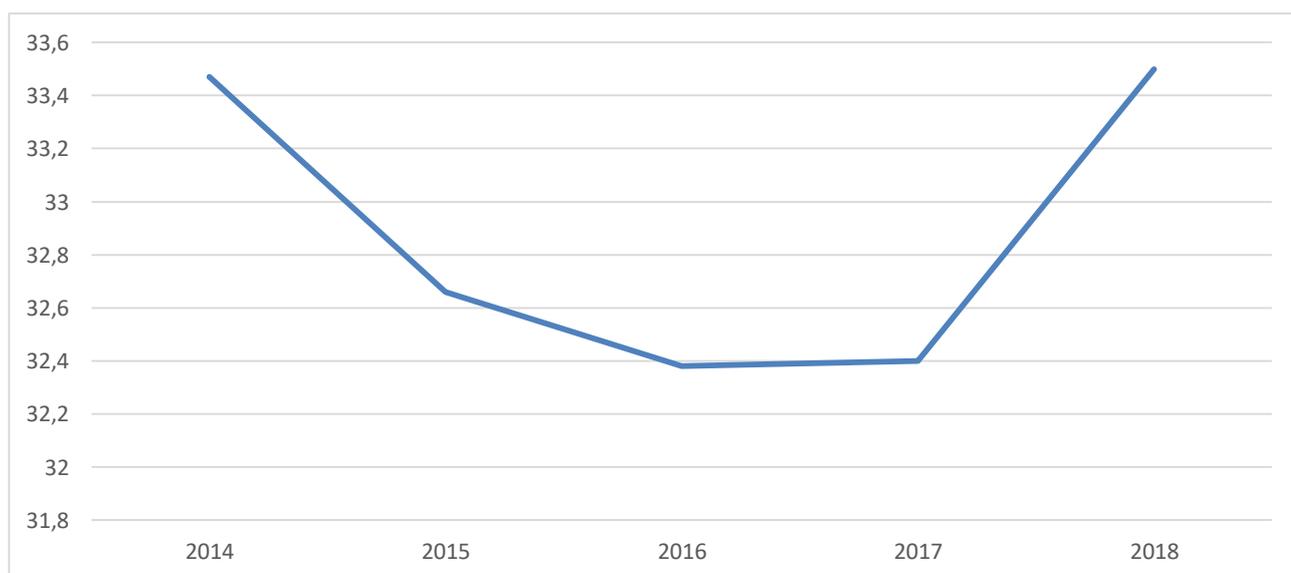
Começando a discussão sobre a questão fiscal, os tributos sobre o lucro, renda e o ganho de capital do brasileiro somaram 6,47% do PIB no ano de 2016 - equivalente a 19,9% do total da carga tributária. Já os impostos e contribuições sobre a folha de salários representaram 26,3% da carga tributária total. Os tributos sobre a propriedade e sobre as transações financeiras, respectivamente, representaram 4,67% e 1,66% do total da carga tributária de 2016.

**Tabela 6 - Composição da Carga Tributária (%) – Ano Base 2016**

<b>Código</b>	<b>Tipo de Base</b>	<b>Carga Tributária (%PIB)</b>
1000	Renda	19,96%
2000	Folha de Salários	26,31%
3000	Propriedade	4,67%
4000	Bens e Serviços	47,63%
5000	Transações Financeiras	1,66%
9000	Outros	0,01%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** RFB (Receita Federal do Brasil). Elaboração Própria.

**Gráfico 18 - Carga Tributária Variação Anual (%PIB) - (2014-2018)**

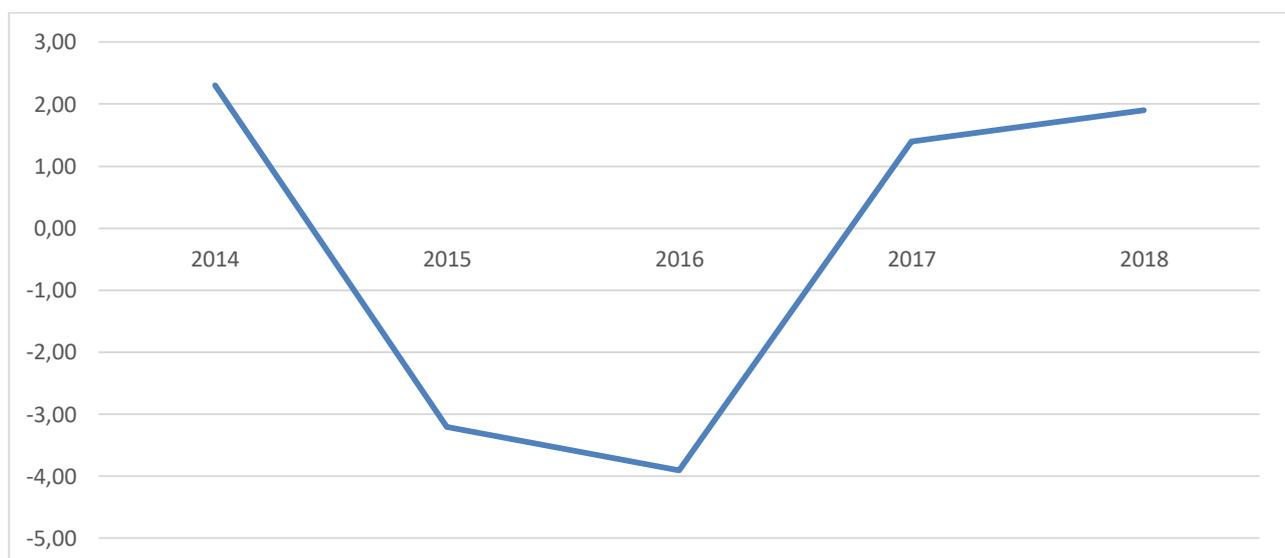


**Fonte:** RFB (Receita Federal do Brasil). Elaboração Própria.

A carga tributária bruta no país atingiu 32,43% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, o que representa um aumento de 0,14 ponto percentual ante 2016 (32,29%), e 33,58% em 2018. Essa é a terceira alta consecutiva e o maior nível em quatro anos. Da carga tributária bruta total de 32,43%, 22,06% se referem a tributos federais; 8,34%, dos governos estaduais; e 2,03%, dos municípios. O aumento da carga é resultado da combinação dos acréscimos em termos reais de 0,99% do PIB e de 1,4% da arrecadação tributária nas três esferas de governo. Com relação à arrecadação, o Fisco destaca que a maior parte do incremento da carga de 2017 para 2018 provém da tributação sobre bens e serviços. Na tributação sobre as demais bases econômicas, a variação da arrecadação em relação ao ano anterior manteve-se constante, à exceção dos tributos sobre a renda, que tiveram decréscimo de 0,23% do PIB em relação ao ano anterior. A carga tributária é representada quase que a metade em cima de bens e serviços, por isso fica caro para importar qualquer produto.

Segundo a OCDE (2016): comparando com os países da OCDE, a carga tributária brasileira de bens e serviços é a segunda taxa mais alta, perdendo só para a Hungria. O Brasil tem que passar por uma reforma tributária, e uma reforma delas seria o Imposto Sobre Operações de Bens e Serviços(IFS), que substituiria o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS), Imposto Sobre Serviços(ISS), Imposto Sobre Produtos Importados(IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Salário-educação.

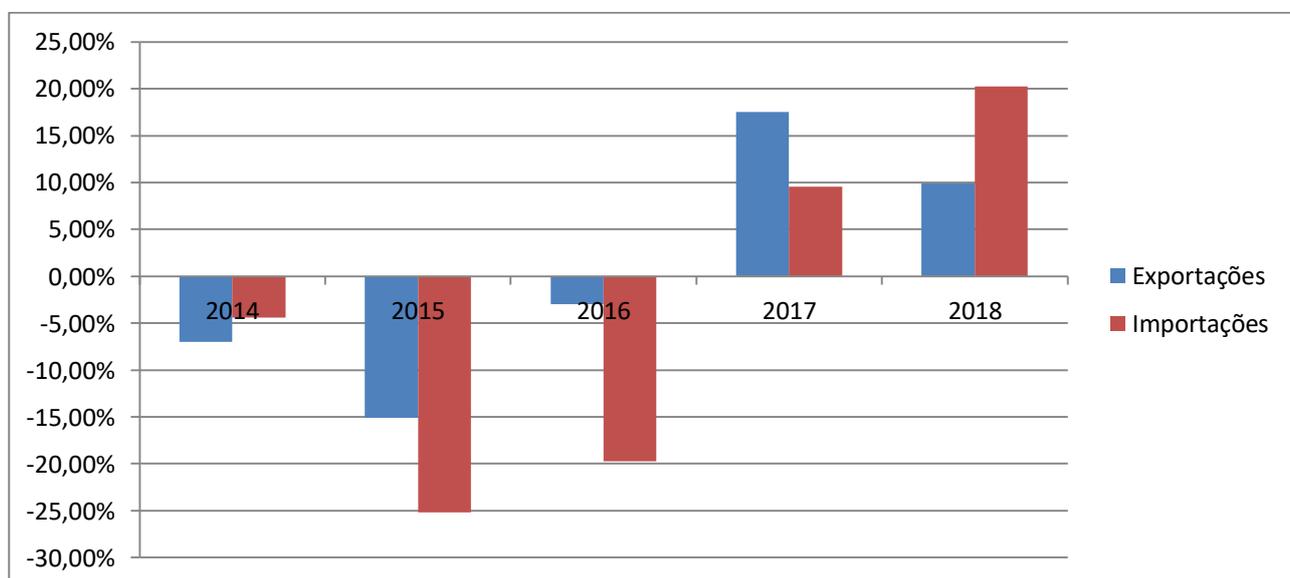
**Gráfico 19 - Consumo das Famílias Variação Anual (%) – (2014-2018)**



**Fonte:** RFB (Receita Federal do Brasil). Elaboração Própria.

O consumo das famílias tem forte peso no PIB brasileiro, de 63,4%. Ou seja, mais da metade do que é produzido no Brasil depende da demanda das famílias. A demanda das famílias é o componente mais importante, que também é dividido pelos gastos do governo, investimentos em bens de capital (máquinas e equipamentos) e comércio exterior. Podemos ver que o consumo das famílias cresceu muito de 2016 para 2017. Isso se deve por se beneficiarem da forte redução ocorrida na taxa de juros básica da economia e de medidas como a liberação do saldo de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, a queda dos juros e a maior facilidade para renegociar as dívidas também foram fatores importantes, pois contribuíram para a redução do endividamento das famílias.

**Gráfico 20 - Variação Anual das Importações e Exportações (%) – (2014-2018)**



**Fonte:** IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística). Elaboração Própria.

No ano de 2018, tanto as exportações (9,6%) e as importações (19,7%) aumentaram em valor monetário. A corrente de comércio, que soma os totais de exportação e de importação, foi de US\$ 420,7 bilhões, US\$ 52 bilhões acima do resultado alcançado em 2017. Conforme nota do Ministério da Economia, “houve aumento de importações em todas as grandes categorias econômicas: bens de capital (US\$ 28,6 bilhões, +76,5%); bens intermediários (US\$ 104,9 bilhões, +11,6%); bens de consumo (US\$ 25,5 bilhões, +9,1%); e combustíveis e lubrificantes (US\$ 22,0 bilhões, +24,9%)”. Houve aumento das exportações para os considerados “principais mercados” de produtos brasileiros: China, União Europeia e Estados Unidos. As transações com os chineses renderam US\$ 66,6 bilhões (alta de 32,2% na comparação com 2017). Com os europeus, as exportações totalizaram US\$ 42,1 bilhões (mais 20,1%). A venda de produtos aos norte-americanos rendeu US\$ 28,8 bilhões (mais 6,6%). Para a China, os principais

produtos exportados foram as commodities minerais (petróleo bruto, minério de ferro, ferro em ligas) e os produtos agropecuários (soja, algodão, celulose, carne bovina e de frango). No caso da União Europeia, as principais vendas foram de soja e farelo de soja, minério de ferro, celulose, café em grão, petróleo bruto e minério de cobre.

### **CAPÍTULO 3 – BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE DIFERENTES VISÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA**

De acordo com Bonelli e Bacha (2013) afirmam que há uma divisão da trajetória de crescimento da economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial entre antes e depois de 1980. Segundo os autores, “houve um colapso do crescimento do PIB, a partir de 1980, do qual o país não se recuperou mesmo após a estabilização em 1994”.

De acordo com Matos (2016) e Barbosa Filho e Pessoa (2014), a economia brasileira é característica de baixo crescimento, sendo assim desde os anos 80, conhecida como “a década perdida”, situação essa que tem nos mantido na armadilha da renda média desde então.

Almeida Jr., Lisboa e Pessoa (2015), “a reação da política econômica à crise do fim da década passada agravou mais os nossos problemas”, e, “ao invés de maior crescimento, no entanto, ocorreu o inverso, a desaceleração da atividade econômica, com estagnação em 2014 e recessão em 2015, além do aumento do endividamento e piora das contas públicas”. (2015, p. 7) argumentam que “as seguidas intervenções setoriais desde a crise de 2008 prejudicaram diversas atividades econômicas e comprometeram o crescimento da produtividade e a capacidade de investimento das empresas”.

De acordo com Paula e Pires (2017):

“a economia brasileira desde o início dos anos 1990 tem tido um comportamento à lá stop-and-go, alternando pequenos ciclos de crescimento com desacelerações econômicas, muitas vezes abruptas. Esse padrão de crescimento se reproduz ao longo dos anos 2000: em 2000, o PIB cresceu 4,3%; entre 2001 e 2003 houve uma forte desaceleração (nesse período o PIB cresceu a uma taxa média de 1,7% ao ano); entre 2004 e 2008, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,8%; em 2009 houve uma breve recessão devido ao contágio da crise mundial; em 2010 a economia cresceu 7,6%, vindo a desacelerar em 2011/2014 para 2,4% a.a. em média; e em (2015-2016) a economia entrou em forte e prolongada recessão, com crescimento negativo médio de -3,7% a.a.”

Conforme Collit (2015):

“o anúncio da Copa do Mundo e das Olimpíadas no país trouxe uma onda de investimentos tanto do poder público quanto da iniciativa privada, e o consumo das famílias foi estimulado nesse período. No caso da Copa do Mundo especificamente, o país não obteve um retorno significativo dos aproximados US\$ 11 bilhões gastos (o maior entre todos os países que já receberam o evento). Para ele, se as Olimpíadas seguirem este mesmo preceito, não ajudarão consideravelmente a economia do país, e do seu já fragilizado estado Rio de Janeiro.”

Pessoa (2017) argumenta que “implantadas principalmente em seguida à crise global de 2008 e 2009, esse conjunto de políticas ficou conhecido por Nova Matriz Macroeconômica”. Algumas medidas são anteriores a 2009, de sorte que é possível estabelecer a alteração do regime de política econômica no governo petista – de uma orientação mais liberal para mais intervencionista – na mudança de guarda no Ministério da Fazenda, com a saída de Antônio Palocci e a chegada de Guido Mantega ao centro da formulação da política econômica”. E continua que “há fortes evidências de que o intervencionismo agravou em muito os problemas criados pelo clima e pela queda do preço do petróleo. Se o regime de política econômica do período Malocci (contração entre Malan e Palocci) tivesse sido mantido, o impacto dos choques exógenos teria sido muito menor”.

Pessoa (2015) argumenta que desde a crise de 2008 a desaceleração da economia mundial reduziu as taxas de crescimento das principais economias, e que no caso do Brasil, no entanto, a redução do crescimento foi maior do que à observada na grande maioria dos países emergentes, já que:

“a política fiscal expansionista adotada nos últimos seis anos e a maior complacência com taxas elevadas de inflação resultaram em um crescente desequilíbrio macroeconômico, agravado pela queda da produtividade total dos fatores e a intervenção pública equivocada em diversos setores.” Ainda segundo os autores, “a desaceleração da atividade econômica resultou na menor geração de renda e (...) na queda do emprego”, e que “a piora no mercado de trabalho e o desequilíbrio das contas públicas prejudicaram os ganhos sociais da década de 2000”, pois “a desigualdade de renda parou de cair desde 2011” e “houve aumento do número de famílias na extrema pobreza”. (2016, p. 48), “o pacote macroeconômico foi adotado com toda a força a partir de 2011”, e “o pacote microeconômico foi adotado a partir de 2003, nomeadamente: a alteração de todo o plano de negócios da Petrobras; a introdução do programa de reconstrução da indústria naval, o Pronatec; e a redução do papel das agências reguladoras e, com ela, a revisão dos preços dos serviços monitorados bem abaixo da inflação, ocorreram antes da crise”.

Para Garca e Gambiagi (2010), a crise de (2008-2009) comprovou que para a economia de um país manter-se em alta performance e em crescimento a longo prazo, é necessário que se tenha um sistema financeiro estável, saudável, forte. Salientam ainda que para a recuperação de uma crise financeira, que normalmente derruba o PIB consideravelmente, é vital reorganizar e recuperar o sistema financeiro. Quanto mais rápida essa reestruturação, mais rápida a crise pode ser superada.

Por outro lado, Borges (2017) argumenta que outros fatores exógenos à política econômica local (queda do preço do petróleo, a crise energética, a operação Lava-Jato e

como o PIB é medido pelo IBGE), além da dinâmica da economia mundial, também contribuíram para a desaceleração da economia. E concluí que “entre 40 e 60% da desaceleração do crescimento do PIB brasileiro em 2012-2016 parece ter refletido fatores exógenos (internacionais e domésticos), outros 30% decorreram de uma provável subestimação do crescimento neste período. O restante (cerca de 10% a 30%) poderia ser atribuído a erros de política e a outros fatores não identificados claramente”. Segundo Borges (2016, p. 36), “é possível identificar claramente uma interconexão entre a desaceleração do crescimento potencial nos últimos anos e diversos fatores não ligados a decisões de política econômica doméstica nesse período”, concluindo então que os fatores internos não são os principais motivos dessa desaceleração econômica.

Schymura (2017) cita que “Borges não nega que a nova matriz tenha sido uma causa não desprezível da grande recessão, mas acha que seus críticos mais contumazes exageraram bastante este efeito. Ele arrolou diversos fatores e choques que podem ter contribuído para a recessão e para sua particular virulência, como o fim do boom de commodities, restrições de oferta hídrico-energética e os efeitos da Operação Lava Jato. Bráulio incluiu até problemas de aferição do PIB, que teriam levado a uma subestimação do crescimento nos anos recentes”. Borges (2017, p. 10) argumenta, baseado em suas estimativas com três abordagens metodológicas distintas que “fatores relativamente exógenos à economia brasileira – tanto externos como internos – explicam aproximadamente metade da desaceleração de nosso crescimento econômico entre 2012 e 2016. Desse modo, erros da política econômica doméstica, consubstanciados na chamada Nova Matriz Macroeconômica, e outros fatores (como eventuais erros de medida) seriam responsáveis pela outra metade”

Segundo Matos (2016) argumenta que:

“de fato, o desempenho de qualquer economia depende do ambiente externo — ou seja, do que ocorre na economia internacional, mas também depende das escolhas feitas pelos formuladores de política econômica e de variáveis endógenas. E quando uma economia não vai bem, é difícil identificar se isso se deve à dinâmica do ambiente externo ou a erros de política econômica”.

Senna (2013) argumenta que, “todavia, não era propriamente de estímulo monetário que a economia brasileira necessitava para crescer”, e continua, “justamente por isso não houve resposta da atividade econômica ao ciclo monetário expansionista iniciado em meados de 2011”.

Segundo Holland (2017), “intervencionismo microeconômico generalizado, particularmente no setor de energia – petróleo e gás, e setor elétrico – e o voluntarismo do governo com as excessivas desonerações tributárias e com os subsídios creditícios, e

o uso (abuso de poder controlador) dos bancos públicos, para forçar a redução do spread bancário, tabelamento de taxas de retorno nos programas de concessão, são algumas das peripécias de uma política econômica inadequada”. Ainda para o autor, “a combinação sistêmica das orientações de política econômica (de âmbito tanto macro quanto microeconômico), aqui designado de conceito ampliado de ‘Nova Matriz Macroeconômica’, passou a ser considerada pelos críticos a principal causa da ‘grande recessão brasileira’. Exageros à parte e não apenas aquela ideia inicial de Nova Matriz Macroeconômica deve explicar, em alguma medida, uma das mais severas recessões experimentadas pelo país”

Segundo Gobetti e Orair (2015), as medidas para tentar acelerar o crescimento a partir de 2011 se concentraram, em especial, nas desonerações tributárias e aumento de subsídios. Para estes autores, a explicação para a desaceleração não está no tamanho do gasto público, mas na mudança de sua composição. No governo Dilma teria havido desaceleração dos investimentos e crescimento das desonerações fiscais e subsídios, que não teriam efeito multiplicador tão expressivo quanto os gastos sociais e investimentos, o que explicaria o fracasso destas políticas em sustentar a atividade econômica.

Serrano e Summa (2015) defendem que as medidas de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de 2011 a 2014. Na recessão que tem início em 2015, vão atribuir papel fundamental ao forte ajuste fiscal realizado sob o comando do ministro Joaquim Levy, além da elevação da taxa de juros pelo banco central. Argumentam ainda que:

“ao se deparar com a desaceleração do crescimento, o governo Dilma tentou diversas medidas de estímulo ao investimento privado, na tentativa de fazer o setor privado liderar o crescimento. Porém, ao não produzirem efeito significativo sobre a demanda agregada, tais políticas foram inócuas para elevar os investimentos.”

A explicação dos novos-desenvolvimentistas (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi) (2016), para a desaceleração do crescimento no governo Dilma, além da questão fiscal, destaca outros elementos, sendo o principal de caráter estrutural, que é a regressão da estrutura produtiva, caracterizada pela desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora. Esta regressão teria sido provocada por dois preços macroeconômicos fundamentais que ficaram por muito tempo fora do lugar, a taxa de juros elevada e a apreciação da taxa real de câmbio, para as quais a política fiscal expansionista teria contribuído.

Mesquita e Biasoto (2014) que defendem que houve uma guinada da política econômica no pós-crise de 2008, que prevaleceu no governo Dilma, e colocam no centro desta mudança a condução da política fiscal expansionista e uma nova visão papel do Estado na dinâmica do crescimento. Associa-se a este argumento da elevação de gastos a adoção de diversas outras medidas da chamada “Nova Matriz Macroeconômica” – controles de preços, controles cambiais, subsídios, maior tolerância com a inflação, etc. – que teriam conduzido a um excesso de intervencionismo estatal e ao progressivo desmonte do chamado tripé da política macroeconômica: o regime de metas de inflação, a meta fiscal de superávit primário e o regime de câmbio flutuante.

Barbosa Filho (2017):

“(…) o esgotamento da “Nova Matriz Macroeconômica” devido à perda de capacidade financeira do governo reduziu diversos investimentos da economia brasileira a partir de 2015, com a forte redução do investimento da Petrobras sendo um exemplo marcante. A crise de sustentabilidade fiscal que se seguiu elevou o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzindo consumo e investimento de forma substancial em 2015 e 2016. A recomposição de preços e a política monetária necessária para recolocar a inflação na meta também contribuem para a recessão, principalmente devido à perda de credibilidade do Banco Central. Por último, a consolidação fiscal de 2015 devido à pouca duração e intensidade não deve ter contribuído de forma significativa para a recessão atual.”

Lisboa (2017) argumenta que:

“a tentativa de emplacar a chamada “Nova Matriz Macroeconômica”. Refiro-me àquele discurso de que quando há uma crise lá fora é preciso proteger a produção doméstica com uma série de medidas tarifárias, com benefícios para alguns setores selecionados, como créditos subsidiados e desonerações. Com isso a gente iria estimular o investimento, o consumo, e a economia iria crescer mais. O governo, portanto, usaria seus recursos para gerar mais crescimento. Deu errado. Nos últimos cinco anos, o Brasil teve um desempenho bem pior que o da maioria dos países. O país, que cresceu 4% em média na década passada, está com uma recessão de 3%. Essa queda é culpa de nossas escolhas econômicas.”

Mello e Rossi (2017) argumentaram que

“o fracasso do industrialismo derivou de uma condução errática da política macroeconômica, mas certamente elementos políticos, internacionais e estruturais tiveram um importante peso para explicar as dificuldades enfrentadas pela estratégia adotada. No entanto, a adoção de uma estratégia de austeridade em meio a uma estagnação econômica certamente contribuiu para a profunda recessão que se instalou no país a partir de 2015.”

Braulio (2017) argumenta que:

“(…) em conjunto com preocupações claramente político-eleitorais em 2010 e 2014, acabou levando essas autoridades a insistirem na manutenção do modelo de crescimento anterior – em que consumo e investimento (público e privado) cresceram fortemente –, mas agora remando contra a maré (2012 em diante). Isso foi viabilizado com uma piora do resultado fiscal estrutural em cerca de 3,5 pontos percentuais (partindo de um superávit próximo de 2% do PIB em 2011 para um déficit de 1,5% do produto em 2014) e culminou em um déficit em transações correntes de quase 4,5% do PIB em 2014 (bem acima do patamar considerado prudente pelo FMI para a economia brasileira, que é algo em torno de 2% a 2,5% do produto).”

Para Cury e Cavallini (2015) argumentam que somado ao aumento com os gastos públicos, a recessão econômica instaurada em 2014 teve como agravantes a conjuntura externa, que por si só não comprometeu o crescimento econômico do Brasil, mas acelerou o processo; a alta da taxa básica de juros para combater a inflação, que tem se mostrado ineficiente, pois a população não está recuperando seu poder de compra de forma efetiva, conforme dados apontados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Seguindo o pensamento das autoras, o controle de preços pelo governo também é um dos responsáveis pelo desempenho irregular, pois a contração de preços visando à redução da inflação ocasionou um déficit nas empresas, e freou o crescimento, além do controle de preços de energia e gasolina, que desordenou o setor de energia; por fim, a perda de confiança do mercado, que breca os investimentos, e a perda do selo de bom pagador pelas principais agências de classificação internacionais.

Segundo Netto (2016): em seu diagnóstico sobre a crise, destaca-se o processo de perda da participação das indústrias no PIB (Produto Interno Bruto) do país a partir de 2008, que também deve ser observado na ótica da perda da participação do Brasil nas exportações mundiais.

“(…) a desindustrialização minou a capacidade do Brasil crescer, fruto da transformação na estrutura produtiva do país. Apesar dos incentivos implementados pelo governo à indústria e ao consumo – que na expectativa de Delfim Netto foi 1% do PIB durante três anos – outro fator teria compensado negativamente qualquer subsídio: a valorização cambial. “

Segundo Bresser-Pereira (2015):

“De acordo com ele, o governo Lula recebeu uma taxa de câmbio que, a preços de hoje, colocada a inflação brasileira e tirada a americana, de R\$ 6,50 por dólar, nominalmente era R\$ 3,55, e entregou para Dilma Rousseff a R\$ 2,00. "Isso criou um desestímulo violento à indústria brasileira e nós vimos o que aconteceu com a apreciação cambial. (...) à custa disso também houve o esgotamento do grau de endividamento das famílias de forma que estamos aqui numa crise aguda.

Fernando de Paula e Pires (2015) argumentam sobre

“(...) em boa medida a estagnação recente na taxa de investimento se deve ao baixo dinamismo do setor manufatureiro, que tem sido particularmente castigado pela perda de competitividade causada pela tendência à apreciação cambial, uma vez que este setor tem forte efeito de encadeamento sobre a indústria e a economia como um todo, sendo portador do progresso técnico por excelência, e esses efeitos contraditórios da apreciação da taxa de câmbio no Brasil: se por um lado barateia os produtos comercializáveis que compõem a cesta de bens dos consumidores, gerando um aumento imediato na renda real dos trabalhadores, por outro lado, ao gerar desestímulos ao setor manufatureiro, com efeitos colaterais negativos sobre a taxa de investimento, faz com que a economia cresça a um ritmo abaixo do que aquele desejado pelo próprio governo (entre 4,5 a 5% a.a.).”

## CONCLUSÃO

O país iniciou o ano de 2017 com perspectivas de continuar a grave recessão que enfrentou nos dois anos anteriores, que já são suficientes para configurar a mais longa crise que a economia brasileira já passou, com contração de 3,8% e 3,6% do PIB em 2015 e 2016, respectivamente. Os sinais de recuperação só existem nas promessas da equipe econômica do governo.

As causas da desaceleração econômica recente ainda requerem estudos mais aprofundados, vindo a obter análises para além do debate econômico. O mesmo vale para a discussão sobre políticas e medidas econômicas que contribuam para a superação da crise econômica. Mas sobre o que foi demonstrado no trabalho, o resultado foi que as medidas da chamada “Nova Matriz Macroeconômica” de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de (2011-2014). E na recessão que tem início em 2015, atribui-se ao papel fundamental ao forte ajuste fiscal, além da elevação da taxa de juros pela política monetária nos últimos anos.

Conforme a análise do desempenho recessivo do PIB brasileiro faz parte da crise internacional ainda presente na maioria dos países na economia mundial. Esta crise tem determinado baixo crescimento econômico, redução da produção industrial e desemprego em um grande número de países. Com todo o contexto econômico atual espera-se por políticas para reverter o ciclo recessivo brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JR., M.; LISBOA, M.; PESSOA, S. (2015): “O Ajuste Inevitável – ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido.” Disponível em: [https://mansueto.files.wordpress.com/2015/07/o-ajuste-inevitc3a1vel-vf\\_2.pdf](https://mansueto.files.wordpress.com/2015/07/o-ajuste-inevitc3a1vel-vf_2.pdf).

ARAUJO, V. L. e GENTI, D. L. (2011): “Uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Ano 12. São Paulo, Plêiade.

BALASSIANO, MARCEL GRILLO (2016): “Desempenho da Economia Brasileira entre 1980 e 2016: Uma Análise da desaceleração Brasileira Pós-2010.”

BALASSIANO, MARCEL GRILLO (2017): “Desempenho da Economia Brasileira entre 1980 e 2015: Uma Análise da Desaceleração Brasileira Pós-2010.” 57 f. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial e Finanças) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

BALASSIANO, M. (2018): “Desempenho da Economia Brasileira Em Comparação Com o Resto do Mundo”, Blog do Ibre, 04 de maio de 2018. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/desempenho-da-economia-brasileira-em-comparacao-com-oresto-do-mundo>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS> .

BARBOSA FILHO, F. e PESSÔA, S. (2015): “Desaceleração veio da nova matriz, não do contrato social”. In.: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando (orgs.), Ensaios IBRE de Economia Brasileira II, Editora Elsevier.

BARROS, LUIZ CARLOS MENDONÇA: (2017). “Por que a inflação caiu no Brasil”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/luiz-carlos-mendonca-de-barros/por-que-a-inflacao-caiu-no-brasil/>.

BLOG DO IBRE. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br>

BONELLI, R. (2013): “O desenvolvimento econômico brasileiro em uma visão de longo prazo”. In.: Pereira, L.; Veloso, F.; Bingwen, Z. (orgs), Armadilha da Renda Média – Visões do Brasil e da China – Vol. 1., Editora FGV.

BORGES, B. (2016): “Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos”. In.: BONELLI, R.; Veloso, F. (orgs.). A Crise de Crescimento do Brasil, Editora Elsevier.

BORGES, B. (2017): “Debate dos impactos da Nova Matriz Econômica: a visão de que há exagero”, Coluna Ponto de Vista, Revista Conjuntura Econômica, p. 10-11, novembro de 2017. Borges, B. (2017a). “Impacto dos erros (reais) da Nova Matriz tem sido muito exagerado”, Blog do Ibre, 08 de setembro de 2017. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/impactodos-erros-reais-da-nova-matriz-tem-sido-muito-exagerado>.

CARDOSO, R. F. (2013): “Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010)”. In: Veloso, F; Ferreira, P. C.; Giambiagi, F.; Pessoa, S. (orgs). Desenvolvimento Econômico — Uma Perspectiva Brasileira, Editora Campus.

CARVALHO, F. J. CARDIM DE. (2008). “Equilíbrio Fiscal e Política Econômica Keynesiana”. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, Ano 26, nº 50, pp. 7-25, setembro 2008.

CARVALHO, LAURA. É hora de o governo Dilma mudar regime fiscal, Estadão, 2015.

CARGNIN, RAFAEL FAGUNDES e DANIELA MAGALHÃES PRATES e MARIA CRISTINA P. de FREITAS (2013): “A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011).

CODACE - Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. Comunicado de 30 de outubro de 2017. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/>.

CORNETET, JOÃO MARCELO CONTE (2014): “A política externa de Dilma Rousseff:

contenção na continuidade”. Revista Conjuntural Austral Volume 5, n<sup>a</sup>. 24, julho 2014.

DWECK e TEIXEIRA. (2017): “A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica”. Disponível em: [file:///C:/Users/Flávio/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/TD303%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Flávio/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/TD303%20(1).pdf).

Estatísticas do Século XX – IBGE. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/>.

FGV. Disponível em: <https://portal.fgv.br/>.

FILHO, FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA (2017). “A crise econômica de 2014/2017”. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317050804\\_A\\_crise\\_economica\\_de\\_20142017](https://www.researchgate.net/publication/317050804_A_crise_economica_de_20142017).

GENTILL e HERMANN (2015). “A Política Fiscal do Primeiro Governo Dilma Rousseff: Ortodoxia e Retrocesso”.

GENTILL e ARAÚJO (2013). Macroeconomia, indústria e seguridade social: perspectivas e constrangimentos. In: Fonseca, A. e Fagnani, E. Políticas sociais, desenvolvimento e Cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

GOBETTI, S. W. (2015). “Ajuste fiscal no Brasil: os limites do possível”. Brasília, Ipea, Texto para Discussão n<sup>o</sup> 2017.

HOLLAND, M. (2017). “A matriz da discórdia”, Revista Conjuntura Econômica, p. 17-21, dezembro de 2017.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

IBRE. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/>.

IPEADATA. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br/Default.aspx](http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx).

LIMA, FERNANDO RAPHAEL FERRO DE (2011). “Inflação e política monetária no

governo Dilma.” Disponível em: [www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_33\\_2b.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/bol_33_2b.pdf).

MARTELLO, ALEXANDRE. (2017): “Carga tributária sobe para 32,3% no Brasil.” Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/carga-tributaria-sobe-para-323-do-pib-em-2016-a-maior-em-3-anos.ghtml>.

MARTINS, NORBERTO MONTANI (2017): “Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011 a 2016): o ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao\\_discente/2017/tddie0012017martins.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao_discente/2017/tddie0012017martins.pdf).

MATOS, S. (2016). “A Desaceleração do Crescimento Brasileiro: Causas Externas ou Domésticas?”. In.: BONELLI, R.; Veloso, F. (org.). A Crise de Crescimento do Brasil, Editora Elsevier.

MATTEI, LAURO (2017): “Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana”. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/7724/pdf\\_860](http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/7724/pdf_860).

MINISTÉRIO DA FAZENDA, Receita Federal do Brasil. Carga Tributária. Vários relatórios [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

NETTO, DELFIM (2016). “Delfim Netto apresenta 7 propostas para o Brasil sair da crise e diz “a mágica acabou”. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/4724007/delfim-netto-apresenta-propostas-para-brasil-sair-crise-diz-magica>.

OCDE (2016): Disponível em: <http://data.oecd.org>

PAULA, LUIZ FERNANDO (2017): “Crise e perspectivas para a economia brasileira”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>.

PEIC. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>.

PESSOA, S. (2017). “O impacto da nova matriz econômica: resposta a Bráulio Borges”, Blog do Ibre, 28 de setembro de 2017. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-danova-matriz-economica-resposta-braulio-borges>.

PESSÔA, S. (2016). “Comentário ao texto “Bad luck or bad policy: uma investigação das causas do fraco crescimento da economia brasileira nos últimos anos” de Bráulio Borges”. In.: Bonelli, R.; Veloso, F. (orgs.). A Crise de Crescimento do Brasil, Editora Elsevier.

PESSÔA, S.; Pessôa, S.; Rob, R. (2003). “Elasticity of Substitution Between Capital and Labor: A Panel Data Approach”, Ensaios Econômicos EPGE, no. 494.

SENNA, J. J. (2013). “Política Monetária no Brasil antes e depois da crise”. In.: Bonelli, R.; Pinheiro, A. C. (orgs.). Ensaios Ibre de economia brasileira - I, Editora FGV.

SCHYMURA, L. G. (2017): “O rico debate sobre a nova matriz econômica no Blog do IBRE”, Carta da Conjuntura, Revista Conjuntura Econômica, p. 6-9, novembro de 2017.

SUMMA, RICARDO E SERRANO, FRANKLIN (2015): “Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014”. Cepr: Center for economic and policy research, agosto 2015.

TASSO, GUSTAVO. (2017). “A catástrofe da dívida pública brasileira”. Disponível em: <http://terracoeeconomico.com.br/catastrofe-da-divida-publica-brasileira>.

VELOSO, F.; VILELLA, A. e GIAMBIAGI, F. (2008). “Determinantes do ‘Milagre’ Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica”. Revista Brasileira de Economia 62 (2), pp. 221-246.